



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

226ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 10 e 11 de setembro de 2014

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

226ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 10 e 11 de setembro de 2014

1 Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e catorze teve início a Ducentésima Vigésima Sexta
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheira Luziele da Silva Tapajós, MDS; Conselheira Simone Albuquerque, MDS; Conselheira
7 Carolina Gabas Stucchi, MDS; Conselheira Solange Teixeira, SENARC; Conselheira Juliana Agatte,
8 MDS; Conselheira Léa Lúcia Cecilio Braga, MDS; Conselheiro Fábio Bruni, MDS; Conselheira
9 Elisabeth Cagliari Hernandez, MS; Conselheira Margarida Munguba Cardoso, MDS; Conselheiro
10 José Ferreira Crus, MDS;; Conselheiro Ubirajara Bento Marques; Conselheira Maria das Graças
11 Soares Prola, FONSEAS; Conselheira Raimunda Cadó, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheiro
12 Thiago Ferreira Cabral, Fundação Dorina Nowill para Cegos; Conselheira Claudia Laureth
13 Faquinote; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao
14 Desenvolvimento; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Dulcinéia Reginato
15 Francisco, Pia Sociedade de São Paulo; Conselheiro Alceu Kuhn, Organização Nacional de Cegos do
16 Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto Eco Vida; Conselheiro Anderson Lopes Miranda,
17 Movimento Nacional de População de Rua; Conselheiro Samuel Rodrigues, Fórum Nacional de
18 População de Rua; Conselheira Eufrásia Agizzio, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira
19 Clátia Regina Vieira, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas Religiosas e
20 Filantrópicas; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Federação Nacional dos Assistentes
21 Sociais/FENAS; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Patricia Alves Vieira, Central
22 dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de
23 Psicologia; Secretária-Executiva Substituta, Sra. Dorinha; Sra. Thais Braga, Gabinete SNAS.
24 **CONVIDADOS:** Maria Silvia Coviello, CONSEAS/SP; Marly Pulini da Costa, CONSEAS/SP; André
25 Gomes, ASCOM/MDS; Cássia Goreti da Silva, COMAS/SP; Valéria da Silva Reis Ribeiro, COMAS/SP;
26 Carlos Nambu, Presidente COMAS/SP; Thiago de Freitas, ONCB. **ABERTURA.** Aos dez dias do mês
27 de setembro de dois mil e catorze, o Presidente iniciou a Ducentésima Vigésima Sexta Reunião
28 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social cumprimentando os presentes e solicitando à
29 Secretária-Executiva Substituta a conferência do quorum: Conselheiros Titulares: Luziele Maria de
30 Souza Tapajós; Léa Lúcia Braga; José Ferreira da Crus; Maria das Graças Prola; Raimunda Nonata
31 Cadó; Cláudia Laureth Faquinote; Márcia de Carvalho Rocha; Alceu Kuhn; Anderson Lopes
32 Miranda; Samuel Rodrigues; Clátia Regina Vieira; Edivaldo da Silva Ramos; Patrícia Alves Vieira;
33 Juliana Picoli Agatte; Fábio Moassab Bruni. Conselheiros Suplentes: Thiago Cabral; Naelson

34 Ferreira; Aldenora González; Eufrásia Agizzio; Leovane Gregório. A Conselheira Luziele
35 cumprimentou os presentes, informando que o Presidente estava tratando da realização da
36 Reunião Regional da Região Nordeste, passando à indicação da **Pauta: Pauta: Dia 9/09/2014 –**
37 **COMISSÕES TEMÁTICAS - 9h às 16h:** Reunião da Comissão de Política da Assistência Social:
38 Discussão sobre a representação dos trabalhadores e usuários do SUAS com base nas Resoluções
39 do CNAS nº 23 e 24/2006; Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
40 Assistência Social: Apresentação do Indicador de Desenvolvimento de Conselhos (ID Conselhos);
41 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social: Discussão do Plano de Ação da Comissão de
42 Normas da Assistência Social. Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
43 Social: Discussão sobre a elaboração das Emendas Parlamentares. **Tarde: 16h às 18h:** Reunião da
44 Presidência Ampliada; Reunião da Comissão de Ética. **Dia 10/09/2014 – PLENÁRIA – Manhã: 9h às**
45 **09h15** - Aprovação da ata da 225ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 226ª Reunião
46 Ordinária; **09h15 às 10h30:** Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS,
47 CONGEMAS e Conselheiros. **10h30 às 12h:** Apresentação dos Procedimentos de Diárias e
48 Passagens no âmbito do CNAS. **Tarde - 14h às 18h:** Painel: Conferências Nacionais de Assistência
49 Social: o quê discutir e com quem discutir. **Dia 11/09/2014 – PLENÁRIA – Manhã - 9h às 10h30:**
50 Relato da Presidência Ampliada. Ranieri Braga - Pauta – Assessoria de Publicação - Conselho
51 Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2; **10h30 às 11h30:** Relato da Comissão de
52 Financiamento e Orçamento da Assistência Social; **11h30 às 12h:** Relato da Comissão de Ética.
53 **Tarde - 14h às 15h:** Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social;
54 **15h às 16h:** Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; **16h às 17h:** Relato da Comissão
55 de Política da Assistência Social; **17h às 18h:** Relato da Comissão de Acompanhamento de
56 Benefícios e Transferência de Renda. **Dia 12/09/2014 – REUNIÃO TRIMESTRAL:** Reunião
57 Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. **Item Aprovação da ata da 225ª Reunião Ordinária do**
58 **CNAS e da pauta da 226ª Reunião Ordinária.** O Presidente em exercício indagou se havia algum
59 questionamento. Em não havendo considerou aprovada a Ata da 225ª Reunião Ordinária do CNAS
60 pelo Pleno e a Pauta da 226ª RO, informando a presença de alguns dos palestrantes. O Presidente
61 passou para o **Item Informes da Presidência Ampliada**, pela Secretaria-Executiva Substituta:
62 *“Ausências justificadas: a Conselheira Fátima Rampin na Reunião da Comissão de*
63 *Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, dia 08 de setembro, na Reunião*
64 *Plenária do dia 10 de setembro e na Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS dia 12 de setembro,*
65 *devido a compromissos institucionais; a Conselheira Juliana Picoli Agatte dia 08 e dias 10, 11 e 12*
66 *de setembro no período da tarde devido a compromissos institucionais; a Conselheira Solange*
67 *Teixeira dia 11 de setembro no período da manhã devido a compromissos institucionais. A*
68 *Conselheira Léa Braga dia 12 de setembro devido a compromissos institucionais; a Conselheira*
69 *Margarida Munguba nesta Reunião Ordinária por motivo de férias; a Conselheira Maria Lúcia*
70 *Marquim nessa Reunião Ordinária devido a compromissos institucionais; a Conselheira Jucileide*
71 *Nascimento nessa Reunião Ordinária devido a compromissos institucionais; a Conselheira Ana*
72 *Lúcia de Lima Starling nos dias 11 e 12 de setembro devido a compromissos institucionais.*
73 *Convocações/participações. O Presidente do CNAS, Edivaldo Ramos, participou dos seguintes*
74 *eventos representando este Conselho: Reunião Regional do CNAS com os CEAS Região Norte, dias*
75 *21 e 22 de agosto, em Belém/Pará; Reunião Técnica sobre a inclusão dos beneficiários do BPC do*
76 *Cadastro Único dias 26 e 27 de agosto, em Brasília/DF; 30ª Reunião do Fórum Nacional de*

77 *Assistência Social, FONASEAS, dias 05 e 06 de setembro, em Salvador/Bahia. Os Conselheiros*
78 *Anderson Miranda, Cláudia Faquinote, Zilene Rabelo, Solange Teixeira, Juliana Agatte e Clátia*
79 *Regina Vieira foram convocados e participaram da Reunião Regional do CNAS com os CEAS na*
80 *Região Norte dias 21 e 22 de agosto, em Belém/Pará. A Conselheira Luziele Tapajós não pôde*
81 *participar, pois estava de licença médica. As Servidoras Maria Auxiliadora Pereira, Gabriela Moraes*
82 *e Celda Souza foram convocadas e participaram da Reunião Regional do CNAS com os CEAS na*
83 *Região Norte dias 21 e 22 de agosto, em Belém/Pará. A Conselheira Margareth Dallaruvera foi*
84 *convocada e participou do 1º Colóquio Municipal de Controle Social: 18 anos do Conselho*
85 *Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal do Rio de Janeiro, realizado no dia 25 de*
86 *agosto, no Rio de Janeiro. A Conselheira Graça Prola foi convocada e participou da Reunião da*
87 *Comissão Intersetorial de Acompanhamento do SINASE dia 27 de agosto de 2014, em Brasília. A*
88 *Vice-Presidente Luziele Tapajós foi convocada e participou do lançamento da Cartilha do Conselho*
89 *Municipal de Assistência Social de Guarulhos no dia 02 de setembro, em Limeira, São Paulo. A*
90 *Conselheira Aldenora González foi convocada e participou da 3ª Reunião Ordinária do Comitê*
91 *Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, CONATRAP, dias 03, 04 e 05 de setembro, em*
92 *Brasília. Os Conselheiros Titulares e Suplentes, integrantes da Comissão de Acompanhamento de*
93 *Benefícios e Transferência de Renda, foram convocados para a Reunião Extraordinária da*
94 *Comissão dia 08 de setembro, em Brasília. Os Conselheiros Nacionais, Titulares e Suplentes, foram*
95 *convocados para a 226ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social nos dias 09,*
96 *10 e 11 de setembro e para a Reunião Trimestral do CNAS com os Conselhos Estaduais de*
97 *Assistência Social e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal dia 12 de setembro. O*
98 *Conselheiro Anderson Miranda foi convocado para o Seminário Nacional de Controle da*
99 *Tuberculose entre as populações mais vulneráveis dia 16 a 18 de setembro, em Brasília. Os*
100 *Conselheiros Luziele Tapajós, Solange Teixeira, Anderson Miranda, Cláudia Faquinote, Simone*
101 *Albuquerque, Aldenora González, Maria das Graças Prola foram convocados para o Encontro*
102 *Regional do CNAS com os Conselhos Estaduais Região Sul e Sudeste nos dias 17 e 18 de setembro,*
103 *no Rio de Janeiro. Os Servidores Gabriela Moraes, Celda de Souza, Christiane Camargo, Carolina*
104 *Ribeiro e Bechara Miranda foram convocados para participarem da Reunião Regional do CNAS*
105 *com os CEAS Região Sul e Sudeste dia 17 e 18 de setembro, no Rio de Janeiro. O Conselheiro*
106 *Naelson Santos foi convocado para a Reunião Conjunta do Grupo Gestor do Programa de Aquisição*
107 *de Alimentos com a participação de seu Comitê Consultivo PAA no dia 18 de setembro de 2014, em*
108 *Brasília. A Vice-Presidente Luziele Tapajós foi convocada para o Encontro Regional do Conselho*
109 *Estadual de Assistência Social de Santa Catarina com os Conselhos Municipais de Assistência Social*
110 *daquele estado no dia 23 de setembro, em Balneário Camboriú, Santa Catarina, e para o III*
111 *Encontro Regional do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina com os Conselhos*
112 *Municipais de Assistência Social daquele estado dia 18 de novembro, em São Miguel do Oeste,*
113 *Santa Catarina. Audiências: A Coordenadora de Normas da Assistência Social, Christiane Camargo*
114 *Menezes, e o Coordenador de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Bechara Miranda,*
115 *atenderam a audiência no dia 28 de agosto de 2014, às 14h, neste CNAS, com os Srs. Rogério de*
116 *Souza Rodrigues, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora, e Mário*
117 *Albino Martins, Conselheiro do CMAS, para tratar sobre a Resolução nº 14/2014, em especial da*
118 *alteração estatutária para fins de inscrição. As dúvidas foram esclarecidas de acordo com o Artigo*
119 *3º, § 2º, da Resolução CNAS nº 04/2014, ou seja, de que para fins de inscrição é vedado aos*

120 *Conselhos de Assistência Social exigir alteração estatutária das entidades e organizações da*
121 *Assistência Social.” É 14, está gente? “E-mails enviados aos Conselheiros do CNAS: apresentação*
122 *sobre o Pacto de Gestão Estadual e do Distrito Federal, realizada na Reunião da Comissão de*
123 *Política durante a 225ª Reunião Ordinária; Relatório de Participação da Conselheira Jucileide*
124 *Nascimento no evento Diálogos, Governo e Sociedade Civil, Plano Brasil Sem Miséria, para*
125 *conhecimento; Memorando 394/2014/SAGI para conhecimento, que divulga o Ciclo de*
126 *Capacitação em conceitos e técnicas para a elaboração de diagnóstico, monitoramento e*
127 *avaliação de programas e ações do MDS na modalidade de educação à distância, segunda oferta;*
128 *apresentações exibidas durante a 225ª Reunião Ordinária; PPA 2012-2015 avaliação; Plano Viver*
129 *Sem Limites; SUAS no Plano Brasil Sem Miséria; e SUAS no Programa Crack É Possível Vencer;*
130 *Modelo de Relatório de Representação do CNAS para preenchimento e envio ao CNAS quando os*
131 *Conselheiros representarem o CNAS em eventos; Ata e Degravação da 225ª Reunião Ordinária do*
132 *CNAS, realizada nos dias 12, 13 e 14 de agosto; Pauta da 226ª Reunião Ordinária do CNAS;*
133 *Provimento nº 36, de 05 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a*
134 *estrutura e procedimento das Varas da Infância e Juventude para conhecimento; Relatório de*
135 *participação da Conselheira Aldenora González representando o CNAS na 3ª Reunião do Comitê*
136 *Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Ofícios recebidos: a Diretoria do Colegiado*
137 *Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, CONGEMAS, enviou relatório referente ao*
138 *resultado do planejamento realizado pelo CONGEMAS no dia 04 a 06 de agosto de 2014, no Centro*
139 *de Convenções Israel Pinheiro, em Brasília. Aniversariantes de setembro: Graça Prola, dia 23;*
140 *Dulcinéia Reginato Francisco, dia 24; Thiago Cabral, dia 27.” O Conselheiro Thiago indicou a falha*
141 *na justificativa da sua ausência à tarde e amanhã por compromissos institucionais. A Conselheira*
142 *Luziele indicou ter participado do lançamento da Cartilha do Conselho Municipal de Assistência*
143 *Social de Limeira e não de Guarulhos, conforme registrado. O Conselheiro Naelson solicitou a*
144 *grafia correta do seu nome, Silva Ferreira e não Santos, como estava escrito. **Item Informes do***
145 **MDS**, pela Secretária Denise: *“Bom dia a todos e a todas. Presidente, muito obrigada pelo convite,*
146 *pelo espaço de podermos estar aqui discutindo os feitos da Secretaria Nacional e o aprimoramento*
147 *da política com o Conselho a cada mês. Vice-Presidente Luziele, todos os Conselheiros e*
148 *Conselheiras, todas as equipes do Conselho Nacional, todos os trabalhadores e todos os nossos*
149 *visitantes que acompanham aqui sempre a reunião. Primeiramente gostaria de justificar, no mês*
150 *anterior eu não estava presente, estava no período de ausência aqui de Brasília, mas a nossa*
151 *Secretária Adjunta e os nossos Diretores sempre estão para esclarecer. Vou fazer uma relação de*
152 *eventos que vocês também vêm acompanhando e ao longo desses meses para que nós possamos*
153 *dar maior solidez a todas as nossas propostas, Foi solicitado uma série de reuniões em realizações*
154 *de discussão para o aprimoramento de diversos temas, que são desdobramentos das deliberações*
155 *aqui do Conselho quando aprovam os respectivos reordenamentos. Então nós tivemos um*
156 *Encontro que é muito tradicional, que todo ano acontece no mês de julho, esse ano, ele ocorreu no*
157 *dia 30, 31 de junho e 1º de agosto, que é o Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância*
158 *Socioassistencial. Esse já foi o VIII Encontro. Desde que começou o preenchimento do Censo SUAS,*
159 *que contém campos de levantamento das estruturas de recursos humanos, da forma de*
160 *funcionamento das ofertas e de financiamento dos equipamentos públicos, CRAS, CREAS, Centro*
161 *POP; das entidades não governamentais; dos Conselhos, Estaduais, Municipais, de Assistência*
162 *Social; e do órgão gestor. Desde que isso foi iniciado todo ano acontece esse evento. Além da*

163 *exposição dos conteúdos e da sistematização do que foi levantado no Censo de 2013, nós também*
164 *tivemos uma discussão do balanço nacional do status de implantação da Vigilância*
165 *Socioassistencial em estados e municípios e dos padrões de serviços da Proteção Social Básica, da*
166 *Proteção Social Especial, além de uma mesa que discutiu a integração dos dados e informações da*
167 *Vigilância Socioassistencial e do Cadastro Único de programas sociais. Tivemos a exposição de*
168 *alguns municípios com as suas experiências e uma coisa de fundamental importância foi a*
169 *apresentação de uma proposta de Mapa de Indicadores para a Política de Assistência Social, foi*
170 *uma primeira proposta, de caráter conceitual e de alguns indicadores possíveis, que estão sendo*
171 *estudados e aprimorados para depois fazer essa discussão mais ampliada, e com certeza deliberar*
172 *aqui no âmbito desse Conselho, de indicadores, novos indicadores para o Índice de*
173 *Desenvolvimento do CRAS, do CREAS, do Centro de População de Rua, dos Serviços de Acolhimento*
174 *e dos Conselhos de Assistência Social. A ideia é que, junto com o Planejamento, que tem ações,*
175 *metas e prazos, nós tenhamos também indicadores que possam aferir a evolução não só da*
176 *implantação, mas das ofertas e dos resultados desses equipamentos. Aqui não temos só*
177 *equipamentos públicos, também temos equipamentos não governamentais, e a definição de*
178 *alguns parâmetros. Então esse é um tema que vai ficar de sobreaviso já para esse Conselho,*
179 *porque com certeza vai se debruçar para aprovar esses indicadores. Nós também, entre os dias 11*
180 *e 29 de agosto, fizemos uma sucessão de reuniões por estados para orientar o preenchimento do*
181 *Prontuário de Atendimento à População Usuária da Política de Assistência Social, padronizando,*
182 *ele já é de 2012, 2013, eu acho, mas, na verdade, muitos municípios ou equipes ainda têm*
183 *dificuldade de compreensão. Nós fizemos uma ampla discussão com os Conselhos de Categorias*
184 *Profissionais, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Federal de Serviço Social, em relação a toda*
185 *questão do sigilo, a preservação também do instrumento de registro, aos direitos de acesso aos*
186 *respectivos usuários e aí repassamos, em conjunto com essas instituições, estas orientações entre*
187 *os dias 11 e 29. Nós fizemos a divisão por três turmas em função do número de participantes.*
188 *Também no tocante ao Censo SUAS nós já reabrimos, ele sempre funciona assim, é aberto entre os*
189 *meses de setembro e novembro do respectivo ano, se faz a leitura e a correção da base de dados*
190 *no primeiro semestre, no mês de julho se faz a apresentação dos dados e o indicativo dos*
191 *aprimoramentos, e no segundo semestre já o preenchimento do outro. O Censo SUAS é uma*
192 *ferramenta que para nós ele vai fazendo o monitoramento sistemático e anual de todas essas*
193 *informações que nós já mencionamos. Então nós estamos com prazos de início e de fechamento.*
194 *Eu vou deixar aqui para o Conselho, vou fazer a leitura só para ficar registrado. Ele é preenchido*
195 *em etapas, porque são muitas informações, para não haver problema com o sistema de cair e*
196 *poder absorver todos os dados inseridos. Então para preenchimento dos equipamentos públicos,*
197 *CRAS, CREAS e Centros POP - do dia 08 de setembro a 14 de novembro; dos Serviços de*
198 *Acolhimento - do dia 22 de setembro a 14 de novembro; da Gestão Municipal, Estadual e*
199 *respectivos Conselhos de Assistência Social, Municipais e Estaduais, do dia 06 de outubro a 28 de*
200 *novembro; dos Centros de Convivência - dos dias 13 de outubro a 28 de novembro; e um período,*
201 *um prazo aí para retificação dos dados, de 1º a 05 de dezembro. Então a gente pediria o apoio do*
202 *Conselho particularmente no preenchimento em relação aos dados dos Conselhos Municipais e*
203 *Estaduais, mas também o acompanhamento de todos os outros. Nós vamos sempre a cada 15 dias*
204 *fazendo aferição desses preenchimentos e se vocês quiserem a gente pode, claro, vai trazer essas*
205 *informações nos nossos informes mensais. Só também dizer que foi publicada a Resolução nº 22,*

206 de 1º de agosto de 2014, deste Conselho Nacional, que altera a Resolução 24, de 27 de setembro
207 de 2013, que trata dos prazos para recebimento de cofinanciamento federal para execução do
208 Programa Capacita/SUAS. Isso já foi alterado. Todos os estados já foram comunicados, uma
209 grande mobilização para que a gente tenha um número cada vez maior de ofertas da capacitação
210 continuada e de uma série de módulos, que nós também estamos concluindo a publicação de
211 conteúdos para embasar e vamos trazer essa apresentação aqui também para esse Conselho, tão
212 logo eles fiquem prontos. Há ainda o prazo de comprovação da realização da organização dessas
213 ofertas até o dia 03 de novembro de 2014 e a gente pede também uma ampla divulgação nesse
214 sentido. Está aberto agora não só para as instituições de ensino superior particulares e públicas,
215 mas também para as escolas de governo e para os centros tecnológicos de formação de ensino
216 médio. Também nos dias 26 e 27 de agosto nós realizamos, em parceria com a SENARC, uma
217 oficina para discutir a inserção e inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único. A ideia é que
218 a gente faça toda a integração das duas bases de dados, do Benefício de Prestação Continuada
219 com o Cadastro, para que esses beneficiários possam ter acesso ao conjunto de programas sociais
220 que são disponibilizados para este público preferencial, e nós possamos também ter um conjunto
221 de informações bastante completas em relação a cada um deles, o que vai balizar as equipes da
222 Vigilância para identificar as desproteções e ausência de acesso a bens e serviços, porque nos
223 nossos registros de acompanhamento nós percebemos que em relação a este público o número de
224 acompanhamento continuado pelas equipes de referência ainda é aquém da totalidade dos
225 beneficiários, de acordo com as suas vulnerabilidades. Então isso vai balizar as equipes de
226 vigilância e as equipes de referência dos atendimentos dos acompanhamentos familiares. Isso
227 aconteceu nos dias 26 e 27 de agosto. Nos dias 06 e 07 de setembro uma reunião com
228 representantes de todos os estados da Rede de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no
229 Brasil. Nós já fizemos um evento preparatório para desencadear aquele conjunto de estratégias
230 em cima dos cinco eixos, que foram aprovados por esse Conselho, em redesenho do Programa de
231 Erradicação do Trabalho Infantil. Então combinamos ações estratégicas para uma agenda
232 intersetorial com as áreas da Educação, da Saúde, do Trabalho, de Direitos Humanos, da
233 Assistência Social, com o Sistema de Justiça, Ministério Público, Estaduais e do Trabalho, Poder
234 Judiciário, Estaduais e do Trabalho, e preparatório para realização de cinco Encontros Regionais
235 que vão desencadear audiências públicas e vão depois se desdobrar em eventos estaduais ao longo
236 destes anos em que o Brasil ainda se comprometeu a erradicar, então até 2016 as piores formas e
237 até 2020 todas as situações de trabalho infantil. Nós temos no ano de 2016 uma reunião de novo,
238 uma Conferência Global, que vai ser na Argentina, então nós nos propusemos a uma série de ações
239 para poder demonstrar a evolução no processo de erradicação até esse período e depois mais um
240 Plano de Ação até 2020. Eu vou passando, a gente fez um pequeno informe desse encontro, e aí
241 também pode ficar. Por favor, Samuel, se puder ir repassando aí. Vocês também já ficam com
242 todos esses dados. Nós também estamos fazendo uma alteração, assinamos ontem uma Instrução
243 Operacional orientando a todas as equipes do Cadastro Único em relação ao processo de
244 marcação das situações de trabalho infantil para que o movimento que nós estamos fazendo de
245 Busca Ativa de identificação fique registrado. As Equipes do Serviço de Convivência e
246 Fortalecimento de Vínculos façam esse devido também registro e acompanhamento, esse
247 atendimento. As Equipes da Proteção Básica e Especial de PAIF e PAEFI em relação às famílias.
248 Também estabelecemos e vai ser publicado, a gente também vai trazer aqui para conhecimento,

249 uma orientação para os gestores municipais e estaduais no tocante a integração do Serviço de
250 Convivência com o Mais Educação, então de que maneira o acompanhamento às crianças e
251 adolescentes que estão em situação de trabalho infantil e em todas as outras que foram elencadas
252 para o atendimento de Serviço de Convivência possam compor a jornada ampliada das unidades
253 de educação e naquela grade, naquele período com as diversas modalidades que estão ali
254 disponíveis. A gente também está fechando uma Portaria Intersecretarial, para entrar nesses
255 detalhes de fluxo, tanto na profundidade de cada programa, quanto nos detalhes de fluxo. No
256 mesmo sentido nós estamos fazendo essa discussão com a área da saúde e vamos juntos assinar,
257 desencadear, o que vocês já acompanharam também, o processo de notificação compulsória de
258 todas as situações de violência e violações de direitos. É um registro que hoje só é feito pela Saúde,
259 ele disponibilizou para a área da Assistência Social também, nós também vamos começar a entrar
260 com estas indicações. Com a área de Direitos Humanos nós temos a Carta de Estratégias com
261 vários temas na área da criança e do adolescente, erradicação do trabalho infantil é uma delas. Na
262 área do trabalho todo o processo de valorização, de incentivo aos Programas do Adolescente
263 Aprendiz, do Jovem Aprendiz, uma linha específica agora para a juventude, e todo o processo de
264 fiscalização, e multa, e cancelamento da identificação dessas situações de trabalho infantil. Em
265 relação ainda as nossas ofertas de serviços nós trouxemos um quadro das expansões que foram
266 ofertadas e do resultado dos aceites para municípios, por estado, tanto em relação aos CREAS, e
267 aqui eu chamo a atenção desse Conselho, nós tivemos uma oferta de 55 Serviços de Atendimento
268 Especializado às famílias com direitos violados nos PAEFIS e nos CREAS, de mais 55, que era um
269 número faltante para atingirmos a totalidade dos municípios brasileiros até 20 mil habitantes,
270 desculpa, acima de 20 mil habitantes. Então a discussão que a gente tem feito é que todos os
271 municípios acima de 20 mil deveriam necessariamente ter um CREAS e uma oferta de PAEFI nas
272 suas localidades, e nos municípios abaixo de 20 mil habitantes aqueles que comprovarem uma
273 demanda que justifique a instalação de um equipamento deste, ou se não for de âmbito municipal
274 a oferta regional e uma articulação grande com todos os estados para que os estados participem
275 destas ofertas em três modalidades: ele pode fazer a oferta direta e ter um referenciamento para
276 uma determinada região; ele pode conveniar com uma entidade, com uma instituição que vai
277 auxiliar na prestação desse serviço; e ele pode fazer de forma coordenada e sempre de forma
278 coordenada com todos os municípios, mas pode fazer com o cofinanciamento e participação
279 também do conjunto de municípios. Aqui em relação à oferta municipal de CREAS para atingir
280 todos acima de 50 mil nós tínhamos 55, ofertamos para esses 55 e apenas 10 aceitaram. Então nós
281 ainda temos defasagem, a grande maioria delas no estado de São Paulo, 28; no Rio Grande do Sul
282 cinco; em Rondônia dois; em Pernambuco um; no Pará um; no Mato Grosso dois; na Bahia três; no
283 Amazonas três; em Minas Gerais um; no Espírito Santo um; e em Tocantins um. Nós vamos deixar
284 todos esses registros. Aí também como vocês vão ter uma reunião na sexta-feira com os Conselhos
285 Estaduais a importância de a gente estar desmembrando isso por estados e que eles possam estar
286 fazendo esse acompanhamento. Nós ainda temos condições de fazer esses aceites. Eles estão
287 abertos, nós temos condições ainda de aceitá-los e iniciar o repasse de cofinanciamento após o
288 processo eleitoral. Então acho que vale a pena uma mobilização bastante intensa. Ele está aberto e
289 a ideia é que a gente consiga sensibilizar e mobilizar nesse sentido, e a gente teria aí o prazo de
290 encerramento de gestão mesmo. Então acho que teríamos que fechar até outubro para ter todo o
291 procedimento de início de repasse entres os meses de novembro e dezembro para que eles sejam

292 contemplados. Também fizemos o aceite para estados, para oferta em municípios abaixo de 20 mil
293 habitantes, e aqui sim a gente já teve um encaminhamento, uma proporção de organização nesse
294 sentido um pouco maior, nós fizemos a oferta de 172 CREAS Regionais e nós tivemos o aceite de
295 148. Para não ficar cansativo eu vou deixar a lista e também aqui contém a quantidade por
296 estados e o número do que foi e do que não foi aceito. Certo? Fizemos também um aceite para o
297 Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto, no total de 2.416 equipes nós ofertamos para
298 todas as gestões que incluíram no Censo SUAS a realização deste Serviço de Medidas
299 Socioeducativas, nós tínhamos cofinanciadas em torno de 980 e agora nós abrimos para a
300 totalidade dos municípios que informaram que realizam esse serviço, 2.416, e nós tivemos aceite
301 de 2.144. Para os Serviços de Acolhimento de Adultos e Famílias e para População Migrante nós
302 tivemos uma oferta de 3.875 unidades, possibilidades de vagas de atendimento e o aceite de
303 3.225. Para municípios. Agora eu vou dizer para estados, porque a gente também ofertou estes
304 Serviço de Acolhimento, tanto para Criança e Adolescente, quanto para Adultos e Famílias, com a
305 possibilidade de ter essa oferta regionalizada para municípios de pequeno porte. Então nós
306 fizemos uma oferta de 2.680 atendimentos, aqui são vagas, não são municípios, e obtivemos o
307 aceite de 1.940 para criança e adolescente, e para adultos e famílias uma oferta de 1.525
308 capacidade de atendimento, não é gente? Nós não trabalhamos mais com vagas, capacidade de
309 atendimento para mais 1.525 acolhidos e um aceite de 900 atendimentos para os serviços
310 regionalizados. Esses quadros vão ficar, eles estão separados por estados. É, a gente sempre
311 manda. A gente manda por e-mail para a Secretaria-Executiva e aí vocês também têm o
312 conhecimento de todos eles. E, por fim, em relação à Proteção Social Básica, vocês já têm
313 conhecimento, nós estamos realizando um Ciclo de Debates com a Academia e Gestores
314 Municipais e Estaduais de todas as regiões do país a fim de que a gente possa preparar um
315 Encontro Nacional aqui em Brasília, no mês de novembro, claro que com a efetiva participação
316 desse Conselho, para discutir uma orientação, parâmetros, diretrizes e processos de registro e de
317 atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e risco e um conjunto de elementos que
318 vão caracterizar o trabalho social com este público. Então nós já fizemos esses Encontros nas
319 Regiões. É um número muito pequeno de participantes, próximo de 100, porque é justamente para
320 a gente ter as referências de diferentes realidades, tanto de porte de município, quanto de meio
321 urbano, de meio rural, de comunidades e povos tradicionais, a fim de que possamos levar todos
322 esses elementos em consideração e organizar um processo de trabalho social bastante robusto,
323 que responda qualitativamente a essas necessidades. Então nós já fizemos na Região Centro-
324 Oeste, na Região Sul, na Região Norte, na Região Sudeste. Na próxima semana, nos dias 16 e 17,
325 estaremos na Região Nordeste, em Fortaleza; e no mês de novembro, na segunda quinzena de
326 novembro, um Encontro Nacional aqui com a participação de todos vocês para ver se a gente
327 consegue chegar a um acordo coletivo deste processo de atendimento, considerando esses
328 elementos todos que a gente mencionou e as diversidades do país e das regiões que o compõe.
329 Também agora em relação aos aceites da Proteção Social Básica. Nós tínhamos ainda 37
330 municípios localizados em três estados do país que não tinham a oferta do serviço PAIF e a
331 implantação de acordo com os critérios do equipamento CRAS. Estes estados são: São Paulo, Rio
332 Grande do Sul e Santa Catarina. Todos os demais municípios brasileiros já possuem esse
333 equipamento e esse serviço. Fizemos o aceite para os 12 municípios do estado de São Paulo, sete
334 aceitaram, cinco não, então nós ainda temos esta defasagem. Para os 18 municípios do estado do

335 Rio Grande do Sul seis aceitaram e 12 não. Para os sete municípios de Santa Catarina dois
336 aceitaram e cinco não. Então dos 37 municípios sem PAEFI nós ainda permanecemos com 22,
337 apenas 15 fizeram o aceite, e aí também a gente pediria que pudessem conversar com esses três
338 estados. A gente tem feito reuniões sistemáticas, tanto com os gestores estaduais, quanto com os
339 COEGEMAS, nesses respectivos estados, definimos todo um procedimento. E São Paulo. São hoje
340 faltando: cinco municípios de São Paulo, 12 do Rio Grande do Sul e cinco de Santa Catarina. Daí
341 todo o conjunto dos demais municípios brasileiros já com ofertas e cofinanciamento federal.
342 Também fizemos a oferta para expansão das equipes volantes, no total de 218 equipes, para
343 atendermos aqueles critérios que já foram pactuados aqui no Conselho. Ter comunidades isoladas,
344 uma esfera territorial de 700 km², ter comunidades e povos tradicionais. Com essas 218 equipes
345 nós atingiríamos a totalidade do número de municípios que foram identificados nesta situação,
346 mas nós tivemos apenas 86 aceites realizados. Aí fizemos um levantamento destas dificuldades e
347 estamos reavaliando para ampliar um pouco esses critérios e poder incorporar a totalidade, pelo
348 menos que a gente chegue nos municípios todos que tem comunidades e povos tradicionais,
349 porque realmente são... Não, aqui a gente já tem 1.400 equipes, então para atingir a totalidade
350 daquele primeiro critério, com aquela área territorial de 700 km² faltavam 218, que não fizeram o
351 aceite o ano passado, aí nós abrimos o aceite este ano, ainda sim apenas 86 realizaram, então
352 agora a gente está discutindo esses critérios. Nós temos como abrir novamente, fazer essa
353 discussão, a equipe está fazendo esse levantamento de quais seriam esses novos critérios, nós
354 estamos fazendo toda a conjugação com a SEPPIR, com a FUNAI, com Secretaria de Política de
355 Mulheres e com o pessoal da Agricultura para que a gente possa identificar essas pequenas
356 comunidades e possamos de novo trazer aqui a discussão para vocês dos critérios adicionais para
357 ver se a gente totaliza este número. Em relação ao ACESSUAS/Trabalho nós tivemos a oferta de
358 ampliação, que é o Programa Nacional de Promoção de Acesso ao Mundo do Trabalho, para 1.613
359 municípios e o aceite de 1.379, 167 não se manifestaram e 67 disseram que não tinham condições
360 de ampliar o número de ofertas de mobilização para o encaminhamento e acompanhamento nos
361 cursos. Isso tudo a gente passa com certeza para que vocês possam fazer o monitoramento,
362 acompanhamento e as sugestões todas que acharem viáveis e que a gente possa ir tendo
363 capilaridade e presença da Política Pública de Assistência Social em todas as localidades. Era isso,
364 Sr. Presidente. Desculpe um pouco da demora aqui” O Presidente confirmou o convite para a vinda
365 da Secretária Denise para a próxima reunião, relatando que na questão do Censo SUAS o CNAS
366 havia encaminhado o “CNAS Informa” para toda a sua rede, mas também feito contato constante
367 com os Conselhos para chegar a 99,99% de preenchimento do Censo SUAS. Quanto aos aceites,
368 propôs que os Conselheiros ou alguém do MDS viesse para fazer um informe na Reunião
369 Trimestral, da sexta-feira, na reunião com os Conselhos Estaduais, com a Secretária Denise
370 concordando com essa proposta. O Conselheiro Thiago observou que das 55 ofertas dos CRAS só
371 aceitaram 10 indagando se havia alguma justificativa. Observou que anteriormente havia
372 consultado o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil sobre dificuldade no
373 preenchimento do Cadastro, das equipes mínimas dos CREAS, do RH mínimo do CREAS, indagando
374 se havia esse controle. A Secretária Denise esclareceu que as 55 ofertas e 10 aceites eram de
375 CREAS para municípios acima de 20 mil, de CRAS houve a oferta de 37 e só 15 aceitaram, sendo
376 municípios pequenos que estavam se organizando, esclarecendo os procedimentos que estavam
377 sendo tomados. Esclareceu que os técnicos tanto da SNAS, quanto da SENARC ficariam à

378 disposição para esclarecimentos. **Item Informes da CIT**, pelo Conselheiro Anderson, que informou
379 não ter acontecido a reunião do mês de setembro, devido às eleições. **Item Informes do FONSEAS**,
380 pela Conselheira Maria das Graças, que relatou que a reunião havia sido transferida para outubro,
381 considerando as eleições. Indicou os novos Secretários:; Alagoas, Sr. Bérqson Brito Leite; Rio de
382 Janeiro, Sr. João Carlos Mariano Santana Costa; e Sergipe, Sra. Maria Luci da Silva. Em não
383 havendo Informes do CONGEMAS, passou para **Item Informes dos Conselheiros**. O Conselheiro
384 Anderson relatou: *“Presidente, eu tenho informes a passar e informes muito importantes, pelo
385 andar, assim, informes um pouco complicado. A gente passou por uma grande turbulência há
386 muito tempo, Sr. Presidente, em São Paulo e eu quero trazer isso aqui, o Conselho Municipal de
387 Assistência Social, COMAS, está aqui, e se puder colaborar comigo eu agradeço, no sentido do
388 andar da carruagem. Mas eu quero dar o informe que na gestão passada, na cidade de São Paulo,
389 foi construído um serviço chamado Tendas de Dias para a População em Situação de Rua e esse
390 Serviço Tenda, a decorrer pela ação do Movimento, em uma discussão muito grande, ele não
391 atende a demanda do que atende a demanda do Centro POP, do CRAS e do CREAS, ok? E para nós
392 é importantíssimo. Na gestão passada a gente discutiu muito isso e não houve, assim, muito
393 acordo. Nessa gestão atual agora, no entendimento da Secretaria de Assistência Social e do
394 Conselho Municipal de Assistência Social, eu quero trazer aqui bem claro, houve o entendimento de
395 fechamento dessas Tendas e a gente tem um Plano de Metas na cidade de São Paulo a ser
396 alcançado de construções de cinco Centros POP em São Paulo. Nós só temos dois Centros POP. Ai
397 eu quero dizer, isso repercutiu no Brasil, e o Conselho Municipal, no sentido do carrear eu coloquei-
398 me tanto à disposição, me convocou e eu esclareci que para nós, principalmente a Tenda do
399 Parque Dom Pedro, ela foi fechada por várias violências, estupros de meninas dentro da Tenda,
400 tráficos de droga, porque a Tenda, ela é do município, mas ela é serviço prestado por entidades e
401 conveniadas, então, assim, a gente tem um convênio também. Então quero aqui deixar muito bem
402 claro que dentro desse convênio não supriu e a gestão obrigou a fechar essa Tenda, e para nós,
403 para o Movimento, é muito bem claro dizer do fechamento sim e da abertura de serviço, como
404 manda a Tipificação, como manda o Sistema Único da Assistência Social. Todo apoio, eu quero
405 aqui agradecer ao Presidente, a Vice-Presidente do Conselho Municipal e a Coordenação de
406 Política desse Conselho de todo apoio de chamar esse debate e de esclarecer esse debate e dizer do
407 COMAS o quanto o entendimento da política população em situação de rua na cidade de São
408 Paulo. Então foi esclarecida a Tenda, houve um repúdio, porque a entidade mandou todos os
409 funcionários embora, com medo, e houve uma negociação da Secretaria Municipal para que não
410 mandasse embora, mas que retomou, e a Secretária e a Secretaria deu um prazo até março para o
411 reordenamento desses serviços e mudança desse serviço junto com o Conselho Municipal. Então
412 quero trazer aqui bem claro do meu entendimento enquanto o Conselho Nacional e enquanto o
413 representante desse segmento, do meu papel lá no COMAS de colocando isso e de trazendo isso
414 para cá, Presidente, trazendo isso para cá para o entendimento nós, de Conselheiros, da sociedade
415 no Brasil. Nós não queremos Tenda no Brasil, nós queremos Centro POP, Serviço de Referência da
416 Assistência Social para a população em situação de rua, porque se alguém criar Tenda é o circo,
417 nós vamos ver lá palhaços e não criar Tenda. Então quero dizer que o papel do COMAS foi
418 importantíssimo diante da Secretaria Municipal. Outro informe, Presidente, muito claro. Eu estou
419 viajando esse Brasil a convite de municípios, de entidades, e estou indo nos Centros POP, muitos
420 estão me levando aos Centros POP, discutindo política, tanto eu, quanto o Conselheiro Samuel,*

421 porque a gente é representante nacional tanto da Rua, quanto Conselho Nacional, o povo
422 chama a gente. Eu tenho visto, e eu quero trazer aqui, a pedir a esse Conselho, ao MDS, para que
423 nós... Eu acho que hoje a menina dos olhos de ouro, o Samuel disse bem claro em agosto, é o
424 Centro POP, um serviço que está muitas vezes, hoje está atendendo, mas nós não podemos deixar
425 o Centro POP acontecer o que está acontecendo no Brasil. Nós precisamos, enquanto Conselho
426 Nacional, enquanto MDS, fazer uma fiscalização mais ampla. Eu quero trazer aqui dizendo, eu fui
427 em Centro POP aonde o Coordenador era um pastor de uma igreja evangélica e ele colocou Guarda
428 Municipal, mandava abrir bolsa, e eu fui abrir a bolsa, o povo disse: “Não, ele não, é Conselho
429 Nacional.” Na hora o Guarda Municipal se afastou e não quis me revistar mais, porque eu sou
430 trincheira, andarilho, povo, pardal, morador de situação de rua, fui, eu não saí da rua, mas ainda a
431 rua não saiu de mim, porque foram 22 anos ainda nessa trajetória e não é da noite para dia que se
432 tira esse borogodó. Então quero dizer que eu peço aqui encarecidamente, Presidente, Vice-
433 Presidente, Conselheiros, que a gente crie alguma coisa para a fiscalização junto ao MDS, a
434 Coordenação aí que tem esse papel, nos Centros POP, porque o que a gente viu não foi fácil. Eu tive
435 agora, para informar, eu tenho só mais um informe, a convite do Movimento da População de Rua
436 de Santa Catarina e de um dos parceiros do Movimento lá em Santa Catarina, Florianópolis, São
437 José, nas cinco regiões metropolitanas, e vi coisas, assim, absurdas, a Polícia Militar entrando,
438 tirando morador de rua do Centro POP, batendo e a gente muitas vezes intervindo, Policial Militar
439 colocou fogo, em São José, na barraca do morador de rua e o morador de rua foi pedir socorro
440 para o Centro POP e o Centro POP não quis abrir o Centro POP para colocar a população de rua
441 para dentro, porque uma milícia, eu falo aqui, eu não tenho medo não, eu não uso contra a bala
442 não. Eu vi e eu acompanhei e já fiz a denúncia no Disque 100, já liguei a Brasília e também no
443 CNDDH. O que eu vi, tirando a população de rua do Centro POP, batendo na porta do Centro POP,
444 e a gente foi pedir para o Centro POP, em uma emergência, porque o albergue não acolhia todo
445 mundo, porque uma milícia... Em um dia eles são Policiais Militares, no outro dia eles são
446 seguranças privados de uma loja do lado do Centro POP. Isso em São José. Aí um senhor de 65
447 anos apanhou, foi quebrado, e um tiro de 380. Então eu peço, assim, uma sensibilidade de nós
448 enquanto Conselho, não agora esse ano, mas pensando para o ano que vem, uma fiscalização
449 muito clara e um acompanhamento. Centro POP, ele tem que ter cursos, capacitação, e tem Centro
450 POP que só dá comida e está vindo gente da comunidade, entorno da periferia, comer no Centro
451 POP porque não tem restaurante popular, porque não tem isso, e aí tira um pouco a demanda de
452 atender a população em situação de rua daquela região. Isso eu vi, eu acompanhei, estou visitando
453 Centros POP, estou indo a Centros POP. Então eu quero trazer, Presidente, que a gente traga uma
454 demanda, porque é um serviço hoje que vem aumentando, graças a Deus, que vem trazendo a
455 visibilidade, mas não podemos deixar que ele entre na precariedade e que fortaleça isso. Último
456 informe que eu quero trazer. Também eu quero aqui dizer rapidamente que a Prefeitura do
457 Município de São Paulo, em parceria com a CIEE, é essa a sigla? Capacitará moradores em situação
458 de rua. Foi feito um convênio com a Prefeitura de São Paulo e a CIEE. Muito obrigado a CIEE
459 também por essa sensibilização. Sem ônus, não vai cobrar absolutamente nada, é uma parceria
460 para o Pronatec, para capacitar, e o convênio já começa com 250 pessoas. Não é só capacitar para
461 o Pronatec, é a empregabilidade, é para empregabilidade, e todos os cursos vão trazer nesse
462 sentido. Então eu quero trazer muito esse agradecimento. A Ministra Tereza Campelo não pôde ir,
463 mas mandou uma menção lá e foi muito bom. Então eu quero agradecer aqui em nome do

464 Movimento Nacional da População em Situação de Rua, da Coordenação de São Paulo. Eu não
465 pude estar, porque eu estava em Florianópolis, mas o Movimento estava presente lá e foi muito
466 bom, e é muito bom para o Movimento. Eu quero agradecer também a Secretaria Municipal de
467 Assistência Social, porque, assim, ela não faz nada sem a presença do Movimento, então ela
468 convidou o Movimento, consultou o Movimento e todos os cursos do Pronatec, passado pelo
469 Centro POP, o Movimento recebe em São Paulo todos esses cursos e indica muita gente lá no
470 Centro POP da Barra Funda para ir participar do curso. Então só quero trazer esse informe e
471 agradecer mesmo, porque é importantíssimo para nós, para o Movimento Nacional da População
472 de Rua essas parcerias que vem acontecendo do Pronatec com o Movimento da População em
473 Situação de Rua. Obrigado.” A Conselheira Aldenora relatou: “Bom dia Conselheiros, Conselheiras,
474 convidados. Na verdade, eu quero trazer apenas um informe, porque eu estive presente, do dia 03
475 ao dia 05, representando o CNAS, na 3ª Reunião do CONATRAP, que é Comitê Nacional de
476 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e eu já socializei todo o conteúdo já no nosso relatório, mas
477 eu queria chamar atenção para dois pontos em relação a essa interlocução do CNAS com o
478 CONATRAP. O primeiro, que eu acho extremamente importante, que este Conselho faça um convite
479 para o Presidente do CONATRAP, que é o Secretário Nacional de Justiça, e também, claro, junto a
480 esse convite convidar o Presidente e alguém da sociedade civil, já que ele é governo, para a gente
481 ter os dois olhares, para que eles façam uma apresentação sobre os avanços, mas em particular
482 dos desafios que tem nessa nova política, que está se instalando ainda no Brasil. O segundo ponto
483 que eu chamo atenção é com relação à falta de informação, de conhecimento dos CREAS e CRAS,
484 em particular desses que estão nas áreas de fronteiras, que estão os CRAS ribeirinhos, os CRAS
485 indígenas. Eu tive o desprazer de presenciar os dados lá do município do Oiapoque, lá do meu
486 estado, que é um município de fronteira, onde as nossas indígenas infelizmente estão sendo
487 traficadas para a prostituição no garimpo lá de, ai, meu Deus, atravessa a Guiana, Suriname, para
488 o garimpo de Suriname. Infelizmente isso é uma realidade que a gente precisa enfrentar, mas
489 principalmente a gente precisa fazer com que isso não continue. Eu acho que é importante que o
490 CNAS faça esse debate aqui, que a SNAS leve esse conhecimento, faça essa formação para esses
491 CRAS, para que a gente possa realmente detectar os dados, saber o que está acontecendo
492 realmente nesse Brasil em relação ao tráfico de seres humanos, e para que o atendimento seja
493 mais humanizado, porque as vítimas, elas já estão extremamente fragilizadas. Quem vai atender
494 precisa ter o cuidado, ele precisa estar qualificado para receber, para detectar inclusive, porque a
495 pessoa não chega logo dizendo que ela foi traficada. Isso aí também é uma questão de vergonha, a
496 pessoa se envergonha de dizer. Ela está extremamente vulnerável, então precisa ter alguém
497 qualificado para fazer esse atendimento. Obrigada”. Conselheiro Leovane: “Bom dia Presidente,
498 bom dia a todos os Conselheiros e Conselheiras, bom dia ao pessoal que está nos acompanhando
499 aqui, os trabalhadores aqui do Conselho Nacional. Eu queria só, de repente, fazer um relato da
500 experiência que eu vivi semana passada em um processo do Capacita/SUAS aqui no DF. Achei que
501 deveria fazer esse relato, até porque como é uma ação desse Ministério e essa política vem
502 trabalhando tanto para dar certo. Eu a semana passada passei pelo processo de 40 horas de
503 capacitação e efetivamente foi um processo muito importante para a Secretaria, para a SNAS,
504 onde praticamente a Secretaria colocou todos os seus trabalhadores, todos os seus servidores
505 nesse processo de capacitação e efetivamente uma das coisas que me chamou a atenção foi a
506 qualidade do trabalho dos professores que foram escolhidos para fazer essa capacitação e discutir

507 temas extremamente importantes na política, como questão da vigilância, com a questão das
508 proteções. Fiquei muito feliz, primeiro por ter participado, fazia tempo que a gente não via uma
509 capacitação na nossa Secretaria, e segundo por ser um processo da capacitação nacional e que eu
510 acho que tem tudo para dar certo e acredito que vai ser muito bom os trabalhadores, até porque
511 dali já surgiu uma série de demandas, uma série de discussões onde os trabalhadores enxergaram
512 a importância de continuar nesse processo permanente de capacitação. Então eu queria fazer esse
513 registro, porque achei que a gente está em um caminho certo com relação ao Capacita/SUAS.
514 Obrigada”. Conselheira Luziele: “Bom dia mais uma vez, Srs. Conselheiros. Só para informar aos
515 senhores que no evento de Limeira, para o qual eu fui convocada a participar, estava toda a região
516 da DRADS, eu nunca sei dizer direitinho, a DRADS de Piracicaba, onde tinha em torno de 200 ou
517 300 pessoas e foi distribuída uma cartilha que o Conselho Municipal mesmo de Limeira fez, muito
518 interessante, sobre a atuação do Conselho Municipal. Um é uma cartilha, digamos, em
519 profundidade, que traga toda a legislação, etc., mas foi uma excelente forma de socializar com os
520 demais Conselhos, com os demais gestores sobre isso. Inclusive teve também a representação da
521 própria, e aí eu não sei como é que diz, da responsável da DRADS daquele setor, daquela região.
522 Então foi bastante interessante poder estar participando, enfim, trocando com os Conselhos
523 Municipais, que trazem problemas, e situações, e questões muito vinculadas a essas
524 transformações, a essas questões que estão sendo pensadas no Conselho Nacional. Isso eu quero
525 deixar bastante consignado. Obrigada, Sr. Presidente. Complementou que a cartilha havia sido
526 enviada on line para os Conselheiros”. Conselheira Maria das Graças: “Primeiramente pedir
527 desculpas porque eu ainda não encaminhei o relatório da reunião que nós participamos, eu e o
528 Leovane, na Comissão Interministerial de Acompanhamento do SINASE, mas nós participamos. A
529 representatividade da reunião foi de 100% em relação aos Ministérios e os diversos Colegiados. Eu
530 estava representando o CNAS; a Célia, do Ceará, representando o FONSEAS particularmente; o
531 FONACRIAD também representado; e o CONANDA também. O meu companheiro suplente também
532 estava presente em um dos primeiros momentos. A discussão permanece ainda, foi a primeira
533 reunião do ano de 2014 e a pauta ou da pauta constaram: as informações sobre o processo de
534 elaboração dos Planos Estaduais do atendimento socioeducativo, dos Planos Municipais. Eu acho
535 que aqui nós, da Assistência Social, e aí todas as instâncias de gestão, de monitoramento e nós, do
536 controle social, devemos ter uma enorme participação e importância, uma vez que dentro deles
537 vão estar colocadas não só a execução, mas o acompanhamento das medidas socioeducativas em
538 meio aberto. A Telma, do MDS, estava presente, fez uma abordagem sobre a questão da Política
539 de Assistência Social e especialmente a construção do SUAS no Brasil, colocando como ainda uma
540 necessidade de aprofundamento do Sistema Único da Assistência Social e a interface com o
541 Sistema Nacional Socioeducativo. A Educação e a Saúde ainda também registram especialmente
542 na questão dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes não só resistência por parte dos
543 estados, mas, na verdade, pouca informação. A necessidade de que a gente implemente
544 experiências mais exitosas, porque as tímidas experiências que se tem estão na Bahia, no Rio
545 Grande do Sul e aqui, no Distrito Federal. A Educação tem avançado um pouco mais, mas ainda
546 muito na questão de melhoria dos métodos, tirar os meninos da Educação de Jovens e Adultos, do
547 EJA, e colocar em uma metodologia mais adequada a situação dos meninos e meninas privados de
548 liberdade. De um modo geral eu me rematriculei com certeza mais diretamente na questão do
549 atendimento, que é uma área bastante interessante, que também faz parte das minhas áreas de

550 estudo. Agora em outubro deverá acontecer uma oficina nacional para discutir a medicalização
551 nos Sistemas Socioeducativos, especialmente nas unidades de privação de liberdade, direitos
552 sexuais reprodutivos e gestão, que são temas, na verdade, ainda necessários para concretizar o
553 que está no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. De um modo geral acho que nossa
554 presença na Comissão é válida no sentido de garantir subsídios mesmo para que a gente trate a
555 Proteção Social Especial como uma área de fundamental importância na Política de Assistência.
556 Muito obrigada”. Conselheira Margareth: “Bom dia Conselheiros, visitantes. São dois informes.
557 Um, é que quando eu fui representar, pedir desculpa também que eu não entreguei o relatório
558 ainda da minha participação no Conselho Municipal de Assistência Social no Colóquio. Quer dizer,
559 mais duas questões eu trago dessa representação do CNAS. A primeira que eu acho, assim, até
560 bem grave, eu falei na Comissão e socializo aqui no Pleno, é de que a Lei do Conselho Municipal da
561 segunda maior capital do país, lá ainda tem a Lei de 96, que não foi alterada, onde a Lei da capital
562 do Rio de Janeiro, ela impede a participação dos usuários dentro do Conselho de Assistência Social
563 do município. Nós tínhamos um usuário na mesa, uma usuária na mesa, mas ela foi escolhida no
564 trabalho de ponta entre os CRAS, mas não é, assim, uma Conselheira do Conselho. Então, assim,
565 então nós podemos estar vendo a gravidade quando a gente fala do protagonismo dos usuários.
566 Nós temos uma capital onde a Lei do seu Conselho não permite a eleição de usuários, de
567 representação dos usuários. A segunda questão desse evento é que eu trago, porque uma
568 professora, que era só uma mesa de abertura, de saudação, logo após vinha a participação da
569 Professora da UFRJ e ela pede que eu traga uma preocupação para o CNAS, que é no sentido de
570 que urge a necessidade de um debate com as universidades para a questão de revisão curricular,
571 que muita gente pensa: “Não, o Assistente Social é o único que domina a área da Assistência
572 Social.” Mas não é. A gente traz a Resolução 17 já quem são os trabalhadores do SUAS, mas
573 quando você passa uma vista na grade curricular desses profissionais muitas das vezes eles estão
574 indo para a ponta, trabalhar sem nem conhecer essa Política de Assistência Social, e o
575 Capacita/SUAS, ele não vai dar conta só disso. Quer dizer, precisa se ater para a revisão curricular
576 de todos esses profissionais, assim com o SUAS fez. Todos os profissionais hoje, que são os
577 profissionais do SUAS, tem na grade curricular o SUAS, a 880, 8142, quer dizer, e o SUAS também
578 precisa se ater em relação a isso dos profissionais saírem entendendo qual é essa política que eles
579 vão trabalhar. Então são essas duas questões, depois eu mando o relatório. O segundo informe
580 que eu trago aqui é que sábado agora, após a nossa reunião, vai acontecer a Plenária, a Plenária
581 do Fórum dos Trabalhadores do SUAS aqui em Brasília, na Sede do COFITO, do Conselho Federal de
582 Fisioterapia e Terapia Ocupacional, onde as entidades nacionais vão discutir e encaminhar
583 inclusive as deliberações das entidades que sentarão, então, na Mesa de Negociação do SUAS. É
584 isso, obrigada”. Conselheiro Leovane: “Só para complementar o informe que a Graça deu sobre o
585 SINASE. Uma das coisas que foi importante colocar... Voltando. Com relação ao SINASE uma das
586 preocupações, até pelo fato de ter sido a primeira reunião deste ano, uma das coisas que ficou
587 latente lá com relação à necessidade dos Planos Nacionais e os Planos Estaduais serem realmente,
588 ver se até o final do ano sejam concluídos, até porque o seguinte, muito dessa questão de não ter
589 os Planos está criando possibilidade de distorções nos estados na montagem do Sistema SINASE.
590 Então há uma necessidade de algumas coisas, na verdade, sejam, principalmente o Plano seja
591 terminado, para que de certa forma dê as diretrizes e efetivamente nas várias Políticas de
592 Educação, de Assistência e Saúde cada Secretaria, de fato, saiba qual é o seu papel, o seu trabalho

593 *nesse sistema, porque senão, na verdade, alguns estados e alguns lugares criam outro mecanismo*
594 *de trabalhar com essa política e que muitas das vezes criam uma distorção e até a própria*
595 *possibilidade de financiamento fica comprometida. É isso”. Conselheiro Anderson: “Eu só esqueci,*
596 *Presidente, de informar, peço desculpas, um informe do companheiro, Conselho Municipal Daniel,*
597 *do Rio Caminhada Pelo Clima, então 21 de setembro de 2014, na Praia de Ipanema, no Posto 08,*
598 *às 10h30, então é fundamental importante. Por que eu estou dando esse informe? Podem rir, mas*
599 *isso é importante aqui para nós, Conselheiros de Assistência Social, porque tem tudo a ver,*
600 *catador, catadora, moradores em situação de rua. Cidadão que cuida do bem-estar do meio*
601 *ambiente é cidadão que cuida do mundo. A ONU vai estar chamando uma reunião de Presidentes*
602 *dos seus países para discutir o clima, e aí vai ter esse evento em Nova Iorque, Paris, Nova Deli e Rio*
603 *de Janeiro. Então 21 de setembro quem estiver no Rio de Janeiro, viu Conselheira Clátia,*
604 *participem. Margareth Dallaruvera e Marcinha, por favor, é importantíssimo para o nosso país e*
605 *para o nosso mundo. Obrigado. Aí não sei se o Conselheiro Samuel vai dar o informe do Dia de Luta*
606 *Nacional”. Conselheira Patrícia: “Bom dia a todos e todas. Bom, quero aqui cumprimentar a todas*
607 *e todos na pessoa do Presidente e da Vice-Presidente Luziele. Eu tinha dois informes, mas um a*
608 *companheira Margareth já me antecedeu, então, na verdade, vou me debruçar aqui a um informe*
609 *que é bastante pertinente a gente colocar em evidências as nossas ações e também reconhecer*
610 *como ações afirmativas. Que bom a presença do Presidente e aqui deixar bem destaque, apesar de*
611 *não estava presente na reunião, mas que tinha representantes, tinham trabalhadores presentes na*
612 *reunião do FONASEAS, que ocorreu em Salvador, no dia 05 e 06, e que me passaram a informação*
613 *que a intervenção do nosso Presidente Edivaldo foi muito boa, exitosa. Então quero aqui registrar e*
614 *parabenizar pela sua ação. Obrigada”. Conselheiro Samuel: “Bom dia Presidente, bom dia aos*
615 *demais Conselheiros. Rapidamente eu queria apenas registrar a realização do Dia de Luta da*
616 *População de Rua em 11 cidades brasileiras no último 19 de agosto. Os companheiros acabaram se*
617 *organizando nas suas bases, com seus operadores, e a gente pôde no 19 de agosto lembrar a*
618 *chacina da Praça da Sé, mas não só a chacina da Praça da Sé, mas todas as violações de direitos*
619 *que ainda não são cometidos contra esse segmento populacional. Foi um evento muito bacana.*
620 *Minas Gerais a gente organizou, chamou o Governo Federal, e Estadual, e Municipal para um*
621 *diálogo, entregamos uma carta de reivindicação a cada um dos entes. Então a gente vai agradecer*
622 *também todos os apoiadores que nós tivemos neste dia. Mas eu tinha me inscrito, Presidente, para*
623 *falar sobre mais uma denúncia. Na verdade, nós recebemos o Centro Nacional de Defesa de*
624 *Direitos Humanos da População de Rua, uma denúncia dos Centros POP de Osasco e de São José*
625 *do Rio Preto. O que vem ocorrendo nesses dois equipamentos? A Polícia Militar, e os agentes, e os*
626 *oficiais de justiça partiam com mandado de busca, ou partiam na investigação de pessoas*
627 *suspeitas e estavam obrigando os técnicos de Centro de Referência Especializado da População em*
628 *Situação de Rua a mapear, a encontrar essas pessoas dentro dos equipamentos e entregar os seus*
629 *nomes, ver se as pessoas estavam lá ou não. Fizemos um contato com a Coordenação dos*
630 *Equipamentos das respectivas cidades, uma Coordenadora disse que era uma praxe inclusive eles*
631 *fazerem essa ação, a gente de imediato oficiamos o MDS através da Coordenação, como é que*
632 *chama? É Coordenação-Geral de Serviços Especializados para Famílias e Indivíduos e o*
633 *Coordenador de pronto fez o contato com as gestões municipais de Osasco e de São José do Rio*
634 *Preto e produziu um documento orientando que essa não era uma prática, enfim. Mas acho que*
635 *nós precisamos ficar mais atentos. Eu sempre falei aqui e vou defender que o Centro POP é o*

636 *melhor serviço que nós já conseguimos implantar para a população em situação de rua nesse país,*
637 *embora tenhamos aí o Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos que a gente considera a*
638 *grande organização da defesa de direito desse segmento. Porém acho que é bacana a gente*
639 *buscar essa discussão não só aqui, mas fazer uma interlocução também com os Conselhos*
640 *Estaduais e Municipais visando o monitoramento disso, porque a gente acaba violando direito*
641 *nesses espaços quando ele é para garantir direito. Se de repente a gente pudesse, eu não sei como*
642 *se dá isso, mas é ter uma conversa com quem faz a gestão da Polícia Militar dizendo inclusive que*
643 *não é papel do equipamento oferecer nomes ou denunciar pessoas que porventura estejam com*
644 *pendências judiciais. Então queria registrar isso. A gente fez todos os procedimentos e recebemos a*
645 *resposta da Coordenação dos Serviços, mas acho que precisamos ir além. Se pipoca isso em duas*
646 *idades eu não tenho a menor dúvida, pelo banco de denúncias que a gente tem, de que a gente*
647 *precisa estar mais atento a esses equipamentos para que eles possam, de fato, prestar o serviço a*
648 *que foram constituídos para prestar. Obrigado”. Conselheiro Anderson: “Eu trouxe essa denúncia*
649 *antes. Eu acho que nós, enquanto Movimento, eu e Samuel, Nacional da População de Rua, a*
650 *mesma denúncia que eu trouxe como informe no começo eu peço uma atenção aí enquanto*
651 *Nacional Centros POP, porque isso aconteceu, como Samuel trouxe, em duas cidades. Eu estou*
652 *trazendo de São José, estou trazendo de Araraquara, São Carlos, Matão, aonde eu estive nos*
653 *Centros POP, e isso não é uma denúncia só em duas cidades, são mais cidades acontecendo isso. A*
654 *Polícia Militar entra, busca, invade, tira, a Assistência não pode fazer nada, porque é mandado, é*
655 *isso, e aí os trabalhadores da Assistência são obrigados a fazer aquilo mesmo. Em Campinas*
656 *aconteceu isso e graças a Secretária Municipal de Assistência Social de Campinas, desculpa viu*
657 *Presidente e Vice-Presidente, mas é importante esse informe, ela mudou, a Polícia Militar saía 5h,*
658 *pegava dois ônibus, colocava a população de rua dentro, levava para um espaço e começava a*
659 *tirar as mulheres, ficarem pelados, os homens todos pelados, tirando a roupa, em Campinas, e*
660 *revistando todo mundo da rua, 5h. Graças a Assistente Social nós mudamos isso. Então é uma*
661 *proposta, assim, que a gente tem que trabalhar isso, fazer algum encaminhamento aqui no CNAS.*
662 *Não pode mais acontecer esse borogodó”. O Conselheiro José Crus indicou as denúncias feitas*
663 *pelos Conselheiros Samuel e Anderson, sugerindo pautar esse debate na Comissão de Política,*
664 *com o Conselheiro Anderson concordando com essa proposta. O Presidente indicou o*
665 **encaminhamento** para que o assunto fosse pautado na Comissão de Políticas. Presidente: “Bem,
666 *não havendo mais nenhuma outra inscrição eu relato, então, que estive representando este*
667 *Conselho no Encontro do Fórum Nacional dos Conselheiros de Assistência Social, FONASEAS, em*
668 *Salvador, Bahia. Um evento fantástico, um grupo muito bom, um nível de debate de altíssimo*
669 *nível. Eu estive apenas no primeiro dia, na abertura, participei da mesa de abertura e depois fiz*
670 *uma fala sobre o controle social. Em se tratando de que estava em um ambiente constituído por*
671 *Conselheiros eu fiz uma fala mais voltada para a função do Conselheiro dentro do controle social.*
672 *Agradeço aí aos comentários da Conselheira Patrícia, não sei se fui tão bem assim, mas, enfim, se*
673 *ela trouxe o recado está ótimo. Obrigado. Foi um evento que eu senti que o FONASEAS, ele*
674 *estabeleceu não sei mensurar a partir de quando, mas a gente sabe que há um espaço novo e que*
675 *demandou de um certo tempo para constituir uma identidade mais próxima do papel de um Fórum*
676 *e eu particularmente senti que isso foi atingido pela programação proposta. Foi uma programação*
677 *focada na capacitação mesmo da função de controle, tanto é que teve uma mesa com falas da*
678 *CGU, Controladoria-Geral da União, teve uma outra fala sobre o Marco Regulatório, fizeram um*

679 *momento de visitação também ao Pelourinho, e tinham outras atividades na programação. Como*
680 *eu só participei do primeiro dia eu não vou aqui detalhar passo a passo, não sei como se deu o*
681 *restante. Mas houve uma participação bastante expansiva, creio eu que tinha uns 20 estados*
682 *participando, de 15 a 20 estados representados, inclusive os estados que não estiveram no*
683 *Encontro Regional do Norte, do CNAS, que foram Rondônia e Tocantins, também estavam lá em*
684 *Salvador. Em linhas gerais são esses os informes que eu tinha para fazer a respeito desse evento”.*
685 **Item Apresentação dos Procedimentos de Diárias e Passagens no âmbito do CNAS.** O Presidente
686 convidou o Chefe de Divisão do Setor de Concessão de Diárias e Passagens, Sr. Guilherme de
687 Oliveira, que juntamente com a Dra. Marcela, da CONJUR, falaria sobre a concessão de diárias e
688 passagens. O Sr. Guilherme passou a apresentar um material sobre os procedimentos para a
689 concessão de diárias e passagens, indicando o SCDP, o Sistema de Diárias, sobre passagens,
690 prestação de contas e da nossa legislação, discorrendo sobre seu histórico e como era operado.
691 Apresentou os valores das diárias e o custeio das despesas, como as viagens deveriam ser
692 programadas e a legislação pertinente, ademais de outras informações sobre o tema. O
693 Conselheiro Thiago falou sobre a alternância dos segmentos no CNAS, com o membro da
694 Sociedade Civil precisando de um acompanhante para as suas atividades, questionando sobre a
695 diária diferenciada para essa pessoa, apresentando sua discordância, procedendo à leitura de um
696 manifesto: *“Tendo em vista que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,*
697 *CONADE, e o Conselho Nacional de Saúde pagam a mesma diária ao acompanhante de pessoa*
698 *com deficiência julga-se ser de extrema valia que se pleiteie junto a administração do CNAS a*
699 *igualdade dos valores pagos aos seus representantes e acompanhantes. A solicitação se faz*
700 *fundamentando-se no fato de que, salvo melhor juízo, a diária do acompanhante deveria ser igual*
701 *ao do Conselheiro, a fim de cumprir o disposto no Decreto nº 7.613/2011, que altera o Decreto*
702 *5.992/2006, o qual dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta,*
703 *autárquica e fundacional. A alteração mais específica que se refere é aquela contida no § 3º do*
704 *Artigo 3º-B que dispõe: aplica-se o disposto nesse Decreto ao servidor ou colaborador eventual que*
705 *acompanhar servidor com deficiência em deslocamento a serviço. § 3º. O valor da diária do*
706 *acompanhante será igual ao valor da diária do servidor acompanhado. É importante observar que*
707 *não se pode instituir uma tabela de valor de diária diferenciada ao acompanhante, pois o mesmo*
708 *diploma normativo supracitado no seu § 1º do Artigo 10 dispõe: o dirigente do órgão concedente*
709 *da diária estabelecerá o nível de equivalência da atividade a ser cumprida pelo colaborador*
710 *eventual com a tabela de diárias, ressalvado o disposto no § 3º do 3º-B.”* Que fala a mesma coisa.
711 Bom, eu vou pular aqui, só para ser mais simples. *“Considerando que o acompanhante de pessoa*
712 *com deficiência não realiza uma atividade comum, este pode ser considerado um colaborador*
713 *eventual, conforme a definição mencionada. Não é diferente a menção que se tem do Artigo 10 do*
714 *Decreto 7.613 o qual menciona no Artigo 4º da Lei nº 8.162.”* Essa que você mencionou. *“O*
715 *seguinte, Artigo 4º: correrão por conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos*
716 *interessados, consoante se dispuserem em regulamento as despesas de deslocamento, de*
717 *alimentação, de pousada dos colaboradores eventuais, inclusive membros de Colegiados*
718 *integrantes de estrutura regimental de Ministério, das Secretarias da Presidência da República,*
719 *quando em viagem de serviço. 7: percebe-se que ao inserir no mesmo dispositivo, o colaborador*
720 *eventual e o membro de órgãos Colegiados, torna-se patente a intenção de se estabelecer a*
721 *igualdade de tratamento. Nunca é demais lembrar que em se considerando que as diárias servem*

722 para cobrir despesas com a hospedagem, alimentação e transporte local, as quais dadas a
723 necessidade de acompanhar o Conselheiro, também serão executados pelo acompanhante, este
724 terá naturalmente os mesmos gastos.” O Presidente indicou que, além de sua pessoa que passava
725 por essa situação, havia o Conselheiro Alceu. A Conselheira Margareth relatou sua situação, sendo
726 dito que o retorno não poderia ser no sábado, por compromissos profissionais, questionando os
727 critérios utilizados pelo MDS, diferentes dos demais organismos. O Conselheiro Samuel
728 questionou o aviso com antecedência dos compromissos, indagando, qual o prazo a avisar antes
729 da diária ser depositada, antes de gerar uma GRU, se havia limite para depósito por ordem de
730 pagamento também via Banco do Brasil e o porquê de não aceitar o ticket escaneado. O
731 Conselheiro Naelson questionou a compra das passagens antes do término da reunião da Plenária,
732 com o que não concordava, devendo permanecer até o término do evento. A Dra. Marcela
733 destacou a importância do trabalho realizado pelos Conselheiros, , colaborando, para definir as
734 Políticas de Assistência Social. Que as regras de pagamento de diárias e de emissão de passagens
735 não eram exclusivas para o MDS, mas para todos os órgãos do Poder Executivo Federal. Informou
736 ao Conselheiro Thiago que a demanda encaminhada havia sido respondida pela CONJUR através
737 de um Parecer a ser entregue a todos, esclarecendo que os valores eram determinados por
738 legislação. A Sra. Marcela Almeida Martins, Coordenadora-Geral de Licitações, Contratos e Pessoal
739 da CONJUR, procedeu à leitura do Parecer: “O Decreto 5.992, que dispõe sobre a concessão de
740 diárias no âmbito da administração federal, autárquica e fundacional, e dá outras providências
741 estabelece expressamente que: as diárias para membros de que não se enquadrem no caput ou no
742 § 1º serão pagas: I - no caso de colegiados com composição e funcionamento constantes em Lei ou
743 Decreto. No valor do item “c” do Anexo I” Esse anexo é um quadro que consta aqui do item VIII do
744 Parecer. “O item “c” dispõe que o valor da diária é equivalente a DSA6 para deslocamentos,
745 dependendo da região do país, pode variar de R\$ 321,10 para menos, para R\$ 253,50.” Depende
746 do estado para qual o Conselheiro está viajando. Aí o Parecer segue citando mais um Artigo do
747 5.992, que é esse Decreto que rege o pagamento de diárias. “As despesas de alimentação e
748 pousada de colaboradores eventuais, previstas no Artigo 4º da Lei nº 8.162, de 08 de janeiro de
749 1991, serão indenizadas mediante a concessão de diárias correndo à conta do órgão interessado,
750 imputando-se a despesa à dotação consignada sob a classificação de serviços. § 1º. O dirigente do
751 órgão concedente da diária estabelecerá o nível de equivalência da atividade a ser cumprida pelo
752 colaborador eventual com a tabela de diárias, ressalvado o disposto no § 3º do Artigo 3-B” Qual é
753 essa ressalva? O que esse artigo fala? É aquele artigo ao qual o Conselheiro Thiago se referiu, que
754 diz que a diária do acompanhante de servidor será paga no mesmo valor da diária do servidor
755 acompanhado. “É vedada a concessão de diárias para o exterior às pessoas sem vínculo...” Isso
756 aqui é só a continuação do Artigo 10. “Por sua vez o MDS, em 15 de dezembro de 2010, publicou a
757 Portaria 828, de 13 de dezembro de 2010, para disciplinar os procedimentos para concessão de
758 diárias e passagens no país e no exterior no âmbito deste Ministério. No Artigo 9º da Portaria, ora
759 anexada a este Parecer, ficou estabelecido que: a diária do colaborador eventual será concedida
760 sob a classificação de serviços, de acordo com os itens “E” e “F” da tabela de valores de diárias,
761 anexa ao Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, considerando-se o grau de escolaridade
762 do proposto. Assim o colaborador eventual cabe receber diária de acordo com os itens “E” e “F” da
763 tabela de valores de diárias, anexa ao Decreto.” A tabela está aqui embaixo. A tabela, no caso do
764 MDS, é paga de acordo com o valor da diária de DAS2. É aqui nesse dispositivo que se enquadra o

765 *acompanhante dos membros do Conselho com deficiência, que no caso aqui são dois, o Sr.*
766 *Presidente e o outro membro, Conselheiro Alceu, não é isso? Então essa regra, ela não é nova, não*
767 *foi estabelecida agora, é desde 2010, infelizmente ou felizmente, já que a gente está lidando com*
768 *orçamento geral da União, está lidando com o dinheiro público, a gente está sujeito a obedecer*
769 *todas essas regras e tem um dispositivo no Decreto 5.992, que eu gostaria até de ler, que dispõe, é*
770 *o Artigo 11 do 5.992: “Responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o*
771 *disposto neste Decreto a autoridade proponente, a autoridade concedente, o ordenador da*
772 *despesas e o servidor que houver recebido as diárias.” Então não há como a gente alterar as regras*
773 *que estão postas e a gente está sujeito a cumpri-las para emissão de diárias e para o pagamento*
774 *de passagens. Ao final, vou prosseguir com a leitura do Parecer, que eu fiz esse parêntese. O item*
775 *nove do Parecer, vocês podem acompanhar: “No que se refere ao colaborador eventual, designado*
776 *na qualidade de Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social, a Portaria 828/2010 no*
777 *Artigo 1º do Artigo 9º estabeleceu que a diária desses Conselheiros será concedida de acordo com*
778 *o item “c”.” Que é o que eu já falei agora pouco, que é equivalente a DAS6. “10 - Percebe-se,*
779 *portanto, que o MDS utilizando-se da sua competência atribuída pelo Artigo 10 do Decreto 5.992.”*
780 *Esse Artigo 10 que está transcrito aí mais atrás diz que: “O dirigente do órgão concedente da diária*
781 *estabelecerá o nível de equivalência.” Ou seja, essa Portaria 822, da, então, Ministra de Estado,*
782 *estabeleceu que o nível de equivalência dos colaboradores eventuais é DSA2 e dos Conselheiros é*
783 *DSA6. “Foi estabelecido o nível de equivalência da atividade a ser cumprida pelo colaborador*
784 *eventual com a tabela de diárias determinando que todos os colaboradores eventuais, com*
785 *exceção dos Conselheiros, receberão diárias de acordo com os itens “E” e “F” da Tabela de Valores*
786 *de Diárias, anexa ao Decreto 5.992. Dessa forma como o acompanhante do Conselheiro,*
787 *representante da sociedade civil do CNAS, é um colaborador eventual, cuja pessoa logicamente*
788 *não se confunde com a pessoa do Conselheiro do CNAS, a regra a ser obedecida para o pagamento*
789 *das diárias, que porventura esses acompanhantes têm o direito, é a estabelecida pelo caput do*
790 *Artigo 9º da Portaria 828/2010 e não a estabelecida pelo § 1º do mencionado Artigo. A diária do*
791 *membro do Conselho é DAS6 e do acompanhante dele DAS2, de acordo com a legislação atual. Por*
792 *fim, cabe esclarecer que o caput do Artigo 3º-B do Decreto.” Que é aquele Artigo ao qual o*
793 *Conselheiro Thiago, não, Thiago? Thiago, sim, Thiago se referiu. “Ao tratar do colaborador*
794 *eventual refere-se especificamente ao colaborador eventual acompanhante de servidor. Como o*
795 *Decreto 5.992 diferenciou claramente e expressamente a figura do servidor da figura do*
796 *colaborador eventual a regra estabelecida no § 1º do Artigo 3º-B de que o valor da diária do*
797 *acompanhante será igual ao valor da diária do servidor acompanhado não se aplica ao*
798 *acompanhante do Conselheiro representante da sociedade civil do CNAS.” Esse é o Parecer nº 254*
799 *da Consultoria Jurídica do MDS”. O Sr. Guilherme esclareceu que para as viagens ocorridas no fim*
800 *de semana a norma solicitava justificativa, o que poderia ser feito no caso da Conselheira*
801 *Margareth, que esclareceu que como o evento não era do CNAS isso não seria possível. A Sra.*
802 *Marcela fez mais alguns esclarecimentos sobre a emissão de passagens em outras localidades e*
803 *para outros eventos, citando o que o Decreto 5.992 trazia sobre as questões colocadas, sendo*
804 *considerado o interesse público em tais atividades. Explicou que haviam enviado duas consultas à*
805 *a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,*
806 *especificamente sobre a situação, aguardando-se a resposta e com o Sr. Guilherme informando*
807 *que o pagamento poderia ser feito cinco dias antes ou também às vésperas, como também não*

808 havia limite para OP e com o ticket podendo ser cópia ou original. Observei que tentavam não
809 marcar viagem antes do término da reunião, caso em que deveriam solicitar que o horário fosse
810 alterado. O Presidente indagou se no caso do acompanhante o ordenador que regulamentava,
811 com a Sra. Marcela informando que no MDS era a Portaria 828 da Ministra de Estado, sendo que
812 para equiparação com os demais órgãos seria preciso outra norma alterando a vigente. O
813 Presidente indagou sobre destinos diferentes de embarque para acompanhante e o titular, com a
814 Sra. Marcela informando que cada caso deveria ser analisado, aguardando-se a resposta da SEGEP.
815 O Conselheiro Thiago manifestou sua discordância com o Parecer, com outros Conselhos tendo
816 outros entendimentos, com a Sra. Marcela esclarecendo que o dirigente ao qual o Decreto 5.992
817 se referia era o do órgão do MDS, não do CNAS. Após mais alguns questionamentos sobre o
818 orçamento para essas despesas, a Conselheira Simone ponderou que não deveriam comparar os
819 dirigentes. Que as Consultorias Jurídicas da Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério da
820 Saúde haviam revisado a Portaria depois do Programa Viver Sem Limite. Ponderou que o
821 Ministério teria que avaliar a solicitação para revisão da norma, sendo que enquanto isso teriam
822 que seguir o que estava determinado. A Sra. Marcela agradeceu a participação, com a CONJUR
823 estando sempre à disposição. O Sr. Guilherme agradeceu o convite, esperando ter dado os
824 esclarecimentos necessários, estando à disposição. Como **encaminhamento**, o Presidente sugeriu
825 solicitar primeiro um Parecer da Secretaria para subsidiar os trabalhos da Comissão de Normas.
826 **ENCERRAMENTO**. O Presidente encerrou a reunião para o almoço, solicitando a todos que
827 retornassem às 14h. **ABERTURA**. Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-
828 Executiva Substituta a conferência do quorum: Conselheiros titulares: Luziele Tapajós, Simone
829 Albuquerque, Léa Braga, José Cruz, Maria das Graças Prola, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia
830 Faquinote, Márcia de Carvalho Rocha, Alceu Kuhn, Anderson Miranda, Samuel Rodrigues, Edivaldo
831 Ramos, Patrícia Vieira. Fábio Moassab Bruni. Conselheiros suplentes: Zilene Rabelo, Naelson
832 Ferreira, Dulcinéia Francisco, Eufrásia Agizzio, Margareth Dallaruvera, Leovane Gregório, Elizabeth
833 Hernandes. O Presidente passou para o **Item Pannel: Conferências Nacionais de Assistência Social:**
834 **o quê discutir e com quem discutir**. Indicou os convidados como palestrantes, o Professor Edval
835 Bernardino e a Professora Eleonora Cunha, e como debatedores a Conselheira Maria das Graças
836 Prola, do FONSEAS, e a Secretária Vanda Anselmo dos Santos, CONGEMAS e solicitando que a
837 Conselheira Simone representasse o MDS. Indicou a presença do ex-Conselheiro Conselheiro
838 Daniel Avelino, da Secretaria-Geral da Presidência, para compor a mesa. A seguir, passou a palavra
839 para a Professora Eleonora, que destacou a relevância desse tema e falou sobre as mudanças que
840 as instituições deveriam sofrer, atendendo a atual realidade, bem como a criação e
841 desenvolvimento das conferências, atendendo a determinados objetivos. A seguir, passou a
842 discorrer sobre o tema, conforme o material em tela, apresentando os aperfeiçoamentos
843 necessários e o público a ser atendido e também para participar nesses eventos. A Professora
844 Eleonora discorreu sobre os segmentos que participavam dessas Conferências, a importância
845 dessa representatividade e a legitimidade, apesar de muitas vezes ser contestada por políticos.
846 Discorreu sobre os Conselhos e sobre como a área da Assistência Social era recente no país,
847 destacando a sua importância da vida da população. Ponderou que regras gostariam de colocar
848 nesses eventos, mas sempre atendendo pensando em um desenho que permitisse a participação
849 de todos. A Professora Eleonora prosseguiu falando sobre outras importantes questões para as
850 Conferências, destacando o material em tela e colocando que a Conferência era uma instituição

851 política, esclarecendo essa colocação e tendo a certeza que as mudanças a serem realizadas
852 trariam ainda mais benefícios para esses eventos. O Professor Edval falou sobre o tempo em que
853 as Conferências vinham se realizando, concordando com o CNAS em colocar em discussão o
854 objeto das Conferências e seus conteúdos, com a Assistência Social precisando debater o que era
855 relevante para a sociedade brasileira. Falou sobre a definição dos atores do processo político,
856 questão que necessitava de um debate mais profundo, discorrendo sobre o processo eleitoral que
857 se aproximava e como poderia influir, conforme o caminho a ser seguido. O Professor Edval
858 discorreu sobre a relevância dos municípios e como poderiam ser considerados nesse processo,
859 principalmente os de pequeno porte e que necessitavam dos benefícios. Ressaltou que na última
860 Conferência a presença dos usuários havia sido significativa, mas sendo preciso melhorar essa
861 participação e repensar os critérios para a definição de delegado de Conferências, discorrendo
862 sobre o papel desse evento na vida da população brasileira. A Conselheira Maria das Graças falou
863 sobre o espaço de participação social que as Conferências representavam, falando sobre a
864 democracia participação e a eleição daqueles que os representavam nesses espaços. Que a grande
865 maioria dos estados reconheciam as Conferências, reconhecem os Conselhos enquanto espaços
866 de participação social, mas não conseguiam entender muito bem ou pelo menos não acreditavam
867 muito no exercício do controle social, discorrendo sobre essa questão. Arrazoou sobre a
868 participação dos estados e municípios, os quais deveriam ser priorizados e cuja discussão
869 deveriam ser aprofundada. A Secretária Vanda discorreu sobre a importância do tema em tela,
870 concordando com as colocações feitas anteriormente e que demonstravam a importância das
871 Conferências e visando o redesenho da próxima Conferência Nacional. Discorreu sobre os eventos
872 anteriores, e como o seu desenho era discutido e se atendia os objetivos propostos, de atender ao
873 usuário e garantir a sua participação, falando sobre a questão. Concluindo, a Secretária Vanda
874 observou que as questões colocadas não traziam nada de novo, mas sim que os Conselheiros já
875 tinham nas agendas e o desafio era efetivar esses objetivos. A Conselheira Simone falou sobre
876 tudo o que vinha sendo construído nos últimos anos, considerando que a participação social e
877 tudo o que havia sido construído estava novamente em discussão, tendo que se posicionar junto
878 com a presidência. Destacou as colocações dos conferencistas, destacando preconceito e
879 retrocesso e do o que temia, discorrendo sobre os trabalhadores da área e que vinham tentando
880 construir sua identidade na área da Assistência social. Destacou as questões a serem discutidas, o
881 Pacto Federativo, pensar a avaliação dos programas sociais e todos os temas debatidos durante as
882 Conferências e que vinham beneficiar o usuário, ademais da necessidade de apoiar os municípios,
883 principalmente de pequeno porte. Destacou, também, a importância de considerar a
884 intersectorialidade entre os sistemas, favorecendo a área da Assistência Social. A Conselheira
885 Simone ressaltou o trabalho que o MDS vinha fazendo, pensando junto com o CNAS e sendo um
886 compromisso conjunto para valorizar esse projeto. O Presidente registrou que na Presidência
887 Ampliada passada haviam conversado sobre a importância de se ter um balizador para um debate
888 mais qualificado por parte dos Conselheiros, com a Conselheira Simone tendo feito um excelente
889 documento sobre a história das Conferências e que muito ajudaria nesse debate. O Sr. Daniel falou
890 sobre as normas que traziam algumas determinações para esses eventos, mas que ainda não havia
891 sido aprovado pelo Congresso, sendo preciso estar alerta para essa questão. Considerava a
892 Conferência como um dos mecanismos que chegava mais perto da participação direta, sendo um
893 processo de participação social mais grandioso existente no país. Que esse processo estava em

894 franca ascensão, contando com a adesão da sociedade e com a Conferência da Assistência social
895 sendo referência para os demais organismos. Discorreu sobre sua importância, sendo
896 imprescindível que todos os procedimentos tomados nesses eventos fossem realmente
897 efetivados, alcançando seus objetivos. Concluindo, ressaltou que os órgãos de controle de contas
898 começariam a defender resoluções de Conferência, os Juízes e os operadores de sistema de justiça
899 começariam a utilizar essas resoluções como atos com força normativa e com esses mundos que
900 atualmente eram separados, começariam a dialogar entre si. O Conselheiro Anderson destacou a
901 importância das falas colocadas para o Conselho, registrando que vinha de uma democracia de
902 participação excluída, falando sobre esses usuários que não conseguiam ter seu espaço e
903 relatando algumas situações. Destacou a necessidade de que as Conferências prestassem um
904 apoio amplo da criação do Fórum Nacional dos usuários, trabalhando para ajudar a criar o Fórum
905 Nacional, o Fórum Estadual e o Fórum Municipal dos usuários, falando sobre a situação de muitos
906 usuários excluídos dos benefícios. Falou sobre sua trajetória, mas não podendo aceitar o
907 preconceito existente, precisando lutar para a inclusão desses usuários, com Conferências
908 democráticas e Conselho democráticos e participativos. O Conselheiro José Crus destacou a
909 qualidade do debate, registrando que era no processo de Conferência que se mudava a página da
910 Assistência Social brasileira, discorrendo sobre os avanços que haviam alcançado no decorrer da
911 realização desses eventos. Manifestou preocupação por essa área apresentar fragilidades,
912 destacando o período de realização entre as Conferências, mas não podendo perder o seu caráter
913 de deliberação, tendo que se tomar cuidado nesse novo redesenho. A Conselheira Elizabeth
914 destacou a importância desses eventos, mas sendo preciso trazer a juventude para esses espaços
915 de discussão, registrando que havia que se pensar em estratégias para trazer os jovens para esses
916 espaços. O Conselheiro Leovane ressaltou a importância das Conferências para o país, sendo
917 preciso atender a sociedade como um todo e avançando para a qualidade de vida de seus
918 usuários. Falou sobre os depoimentos feitos pelos Conselheiros, relatando que na Comissão de
919 Financiamento discutiam em como avançar em mais recursos para a política, discorrendo sobre a
920 necessidade de recursos e sobre os problemas existentes nos municípios e como as pessoas
921 estavam sendo realmente assistidas. A Conselheira Margarida destacou a inclusão ao mundo do
922 trabalho, devendo se colocar dentro da Assistência Social o direito de acessar os meios e as
923 oportunidades para o usuário conquistar a sua emancipação, debate que deveria ser pautado. A
924 Conselheira Margareth falou sobre quem era a Sociedade Civil e como deveria ser considerada
925 dentro da Assistência Social, assim como os demais segmentos, discorrendo sobre a questão e os
926 tipos de pessoas que a compunham. Ponderou que estavam falando do protagonismo dos
927 usuários, mas existindo grandes Conselhos Municipais aí e até Estaduais que na sua Lei de criação
928 ainda impediam a sua participação no controle social, o que deveria ser mudado. Falou sobre os
929 recursos disponíveis para os gastos na área, ressaltando que os que contribuíam para o
930 pagamento era o povo, através dos impostos, discorrendo sobre as mudanças que essa situação
931 vinha apresentando e com todos tendo corresponsabilidade com as deliberações da Conferência.
932 O Conselheiro Anderson discorreu sobre a situação do Movimento que representava, tendo que
933 pressionar o governo para que atendesse as demandas sociais e complementando que a nova
934 Conferência tinha que trazer a a questão dos trabalhadores e usuários, a precarização dos serviços
935 e o fortalecimento dos usuários e trabalhadores no SUAS. A Conselheira Cadó falou sobre os
936 desequilíbrios que poderiam existir no atendimento, sacrificando importantes participações

937 nesses eventos e discorrendo sobre sua participação como membro da Sociedade Civil. Ponderou
938 que gostaria de ouvir mais sobre o que se realizaria entre os espaços das conferências, alcançando
939 os objetivos propostos. A Professora Eleonora concordava com a Conselheira Simone e com o
940 Conselheiro José Crus que havia um problema com relação à área da Assistência Social que era a
941 base de sustentação dada pela sociedade brasileira, discorrendo sobre a distinção entre uma
942 cultura mais conservadora e uma cultura mais democrática ou mais democratizante e que não
943 tinha a ver com o governo, mas sim com a sociedade. Que o conhecimento sobre a Assistência
944 Social não era hegemônico, tendo que se ter cuidado e estar preparados para esse debate, sendo
945 importante articular o tempo da Conferência com o tempo dos instrumentos de planejamento do
946 governo, discorrendo sobre essa importância. Falou sobre o conceito da Sociedade Civil e que era
947 muito complicado, existindo um grande debate sobre como traduzir Sociedade Civil na política de
948 Assistência Social, discorrendo sobre essa questão, mas como haviam avançado nessa
949 representação. A Professora Eleonora falou sobre os usuários e como era difícil a formalização de
950 qualquer instituição nacional de usuários, citando alguns exemplos, mas destacando como essa
951 participação era importante e como estava aumentando nos Conselhos. Que havia que ter claro
952 que o ideal era o de participação direta, onde todo o cidadão tomava parte das decisões, mas o
953 que não se conseguia implantar em todos os espaços políticos, espaços como Conselhos e
954 Conferências por mais que fossem espaços de democracia participativa, esclarecendo sua
955 colocação. Sugeriu que consultassem um *site* do IPEA, chamado: Participação em Foco, falando
956 sobre o estudo que haviam feito sobre Conferências e esclarecendo o que significava elitizar
957 nesses estudos. O Professor Edval reiterou que o processo de mudanças contemplava avanços,
958 mas também podia contemplar retrocessos, mas ressaltando que a Assistência Social havia tido
959 um grande avanço, discorrendo sobre os progressos alcançados. Concordava que as Conferências
960 deveriam ser de dois em dois anos, ponderando que nesses eventos a ação do governo não
961 entrava como pauta, o que era preciso corrigir. Que pensava que a Conferência deveria mudar a
962 base da delegação, dos representantes da Conferências, com o formato atual já tendo cumprido
963 seu papel, sendo preciso valorizar mais a presença do usuário nesses espaços, discorrendo sobre
964 os percentuais que deveriam ser observados. Considerava injusto atribuir a paridade em instâncias
965 com papéis totalmente distintos, considerando a paridade do CNAS melhor que a da Saúde,
966 defendendo a valorização da Sociedade Civil. O Presidente observou que a proposta do Professor
967 Edval seria discutida posteriormente pelo Pleno, falando sobre o percentual atribuído aos
968 segmentos. Ponderou que não definiriam nada em relação à próxima Conferência nesse
969 momento, mas que os Conselheiros auxiliassem nessas definições de temas, de formato.
970 Manifestou preocupação por ter previsto em Lei uma Conferência Ordinária a cada quatro anos,
971 sendo que por pressão se realizava a cada dois de forma extraordinária. Que se não tivessem bem
972 definidos o que era uma ordinária e o que era uma extraordinária, corriam o risco de que tal
973 procedimento fosse vetado, sendo preciso ter mais consistência para que isso não ocorresse,
974 relatando algumas situações. O Presidente agradeceu a presença dos palestrantes e debatedores,
975 tendo certeza que muito haviam contribuído para o avanço do tema em pauta e convidando a
976 todos para participarem do Encontro Regional das Regiões Sul e Sudeste no Rio de Janeiro e mais
977 os Conselheiros desse Estado. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, convidando a
978 todos para retornarem no dia seguinte, para prosseguimento da Plenária. **ABERTURA.** Aos onze
979 dias do mês de setembro de dois mil e catorze, o Presidente iniciou a Ducentésima Vigésima Sexta

980 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, solicitando à Secretária-
981 Executiva Substituta a verificação de quórum: Conselheiros Titulares: Luziele Tapajós, Simone
982 Albuquerque, Léa Braga, José Crus, Raimunda Nonato Cadó, Cláudia Faquinote, Márcia de
983 Carvalho Rocha, Anderson Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Vieira, Edivaldo da Silva Ramos,
984 Patrícia Vieira. Conselheiros na titularidade: Juliana Piccoli Agatte, Fábio Moassab Bruni, Ubirajara.
985 Conselheiros Suplentes: Carolina Gabas Stuchi, Zilene Rabelo, Naelson Ferreira, Dulcineia
986 Francisco, Aldenora González, Eufrasia Agizzio, Leovane Gregório. O Presidente solicitou que os
987 Conselheiros que participariam da reunião no Rio de Janeiro se reunissem às 13h30, para tratar do
988 evento. Com relação ao debate sobre as diárias, havia ficado acordado pelo Pleno que o CNAS,
989 encaminharia uma solicitação de um parecer da SNAS, para subsidiar a Comissão de Normas na
990 proposta de reformulação da Portaria sobre a matéria. Sugeriu que também encaminhasse para
991 a SNAS solicitação do mesmo valor de diária para os Conselheiros governamentais, menor que a
992 da Sociedade Civil, para eventos fora de Brasília, e auxílio de custo para os Conselheiros
993 governamentais e não governamentais residentes em Brasília, com o Pleno concordando com
994 essas sugestões. **Item Relato da Presidência Ampliada**, pela Conselheira Luziele: *“Memória da*
995 *Presidência Ampliada, de setembro de 2014. Bom dia, senhor Presidente, claro, não é. Nós já*
996 *demos milhares de bons dias hoje. “DATA: 9/09/2014- 16h às 18h40 Conselheiros (as) Edivaldo da*
997 *Silva Ramos – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Luziele Tapajós – Vice*
998 *Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Simone Albuquerque –*
999 *Coordenadora de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Anderson Miranda –*
1000 *Coordenador da Comissão de Política da Assistência Social. Solange Teixeira – Coordenadora da*
1001 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Cláudia Laureth Faquinote –*
1002 *Coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social. Secretaria Executiva: Maria*
1003 *Auxiliadora Pereira; Thais Pereira Braga; Item 1 – Os Relatos das Comissões Temáticas - Os*
1004 *Coordenadores das Comissões fizeram os relatos das Comissões, onde mostraram à Presidência*
1005 *Ampliada como se deu o desenvolvimento das atividades em cada uma delas. Encaminhamentos:*
1006 *A Comissão de Acompanhamento aos Conselhos propõe a realização da Reunião Trimestral com os*
1007 *Conselhos Estaduais com oficinas para a demonstração individualizada dos dados do Índice de*
1008 *Desenvolvimento dos Conselhos – ID- Conselhos (matéria que será melhor apresentada no relato*
1009 *da mesma.) Item 2 - Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de*
1010 *Renda.Considerando que o CNAS estará empenhado na organização da realização da Reunião*
1011 *Descentralizada e Ampliada do CNAS, em novembro, fora de Brasília e que durante a mesma não*
1012 *acontecem reuniões das comissões (exceto quando há pautas urgentes de apreciação de*
1013 *pactuações ou aprovação de orçamento ou de relatório de execução orçamentária).*
1014 *Encaminhamento: A Presidência Ampliada recomenda que a Reunião desta comissão, inicialmente*
1015 *prevista para 3 de novembro, seja transferida para o dia 8 de dezembro. 3 - Programação da*
1016 *Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS – 4, 5 e 6 de novembro de 2014, no Nordeste:*
1017 *Visando subsidiar a Presidência Ampliada na definição da referida programação, a Secretaria*
1018 *Executiva do CNAS fez o levantamento dos painéis e oficinas realizadas nas quatro últimas*
1019 *reuniões descentralizadas e ampliadas (Manaus – Abril/2012; Vitória – novembro/2012; Porto*
1020 *Alegre – julho/2013; e Brasília – maio/2014), bem como o levantamento de sugestões de oficinas*
1021 *constantemente nos Planos de Ações das Comissões gestão 2014-2016 (Anexo I). Encaminhamentos: A*
1022 *presidência ampliada fez as seguintes recomendações: Que o tema central da Reunião*

1023 *Descentralizada e Ampliada do CNAS de novembro seja: “Representação e Representatividade no*
1024 *âmbito da Participação e do Controle Social do SUAS”. Propõe que seja criada uma Subcomissão*
1025 *para definir a programação (painéis e oficinas (5), bem como indicativos de ementas e de nomes*
1026 *de palestrantes e expositores. Integrantes: Luziele Tapajós, Solange Teixeira e Anderson Miranda.*
1027 *A Subcomissão preparará e encaminhará, via e-mail, o detalhamento da programação para*
1028 *apreciação dos integrantes da Presidência Ampliada no decorrer do mês de setembro. O Presidente*
1029 *do CNAS consultará os CEAS da Região Nordeste, até o dia 12 de setembro, sobre o interesse em*
1030 *sediar a referida reunião. Item 4 - Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências*
1031 *Nacionais de Assistência Social: Encaminhamentos: A Presidência Ampliada recomenda o*
1032 *agendamento da primeira reunião da referida Comissão para sua instalação e definição de*
1033 *estratégia de trabalho e cronograma de atividades no dia 7 de outubro, no horário de 16h às 18h.*
1034 *Esta comissão será assessorada pelos Coordenadores Técnicos das Comissões de*
1035 *Acompanhamento aos Conselhos, Normas, Financiamento e Política. Composição da Comissão: I –*
1036 *Representantes do Governo: a) Pedro Tomaz de Oliveira Neto; b) Maria Lúcia Nogueira Linhares*
1037 *Marquim; c) Fábio Moassab Bruni; II – Representantes da Sociedade Civil: a) Aldenora Gomes*
1038 *Gonzalez; b) Naelson da Silva Ferreira; c) Jucileide Ferreira do Nascimento. Item 5 - Convites*
1039 *recebidos: 5.1. A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC e a Secretaria Nacional de*
1040 *Assistência Social – SNAS convidam o CNAS para participar do Painel Internacional sobre*
1041 *Participação Social e Trabalho com Famílias, no período de 18 e 19 de setembro de 2014 na Escola*
1042 *Nacional de Administração Pública - ENAP em Brasília /DF. Encaminhamento: A Presidência*
1043 *Ampliada recomenda que a Conselheira Jucileide do Nascimento seja consultada sobre a*
1044 *possibilidade de participação. 6 - Solicitações recebidas: 6.1 O Conselho Municipal de Assistência*
1045 *Social de Governador Valadares/MG, encaminhou ofício nº19/2014/CMAS informando que um*
1046 *cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do município passou a cobrar taxa*
1047 *de registro de atas das entidades sem fins lucrativos, tendo como base a lei Estadual nº*
1048 *19.414/2010, inciso V, do art. 20, não cobradas pelo titular do cartório anterior. Tal cobrança está*
1049 *causando transtorno e atraso na entrega de documentos uma vez que muitas entidades não*
1050 *possuem meios financeiros para custear as taxas. O CMAS solicita informação ao CNAS sobre a*
1051 *cobrança de taxas às organizações não governamentais inscritas nos Conselho de Assistência*
1052 *Social realizadas em outros estados e um posicionamento do CNAS sobre o assunto;*
1053 *Encaminhamento: A presidência ampliada recomenda que seja feita consulta a Corregedoria dos*
1054 *Cartórios se há alguma normativa ou orientação quanto a essa cobrança e informar ao*
1055 *interessado. 6.2 O Conselheiro do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo, senhor*
1056 *Daniel Martins Silva, solicitou que o cartaz “Rio Caminhada pelo Clima” que divulga a caminhada*
1057 *que será realizada em Ipanema no posto 8, dia 21 de setembro às 10h30, possa ser afixado neste*
1058 *CNAS. Encaminhamento: A Presidência Ampliada recomenda que o mesmo seja fixado em local*
1059 *adequado, de acordo com as regras do prédio. 6.3 A Assembleia Legislativa do Estado de*
1060 *Pernambuco em atendimento ao requerimento da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e*
1061 *Participação Popular, enviou convite para o CNAS participar do Grande Expediente que será*
1062 *realizado no dia 18 de setembro em homenagem aos 50 (cinquenta) anos de atividade da Cidade*
1063 *Evangélica dos Órfãos, em Recife/PE. Encaminhamento: A Presidência Ampliada recomenda*
1064 *responder à Assembleia Legislativa informando que o CNAS estará, nesta data, realizando a*
1065 *Reunião Regional com os CEAS – Regiões Sul e Sudeste, no Rio de Janeiro e por esse motivo não*

1066 poderá atender ao requerimento. 7 - Informes: A Secretaria – Geral da Mesa do Senado Federal
1067 encaminhou comunicado acusando o recebimento do ofício nº 42/2014/PRES/CNAS/MDS,
1068 referente ao Manifesto do CNAS em Defesa Intransigente da Política Nacional de Participação
1069 Social e do Sistema Nacional de Participação Social. Informa que a referida manifestação foi
1070 encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para ser juntado
1071 ao processo do PDS nº 117, de 2014, que “Susta os efeitos do Decreto Federal nº 8243, de 23 de
1072 maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional
1073 de Participação Social – SNPS, e dá outras providências”, que se encontra atualmente naquele
1074 órgão; 7.2 - O Conselho Municipal de Assistência Social de Joinville – SC enviou ofício nº
1075 69/2014/CMAS encaminhando, para conhecimento, deliberação da reunião extraordinária
1076 realizada dia 29/07 por meio da resolução nº 49/2014, referente aos Trabalhadores do SUAS no
1077 Município de Joinville/SC; 7.3 - O Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis/SC
1078 enviou e-mail ao CNAS informando a realização da Cerimônia de posse dos conselheiros do CMAS,
1079 dia 5 de setembro, na Fundação Vidal Ramos. 7.4 - A Coordenação Executiva do Fórum Nacional
1080 dos Trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social - FNTSUAS enviou Ofício Nº 038/2014 –
1081 FNTSUAS, ratificando o interesse e disponibilidade daquele Fórum para participar de eventos
1082 promovidos pelo CNAS, que envolvam discussões sobre o Sistema Único de Assistência Social, de
1083 forma geral, e em especial, que envolvam questões de interesse dos trabalhadores. Diante disso o
1084 Fórum solicita que seja viabilizada sua participação, com convite, no caso de ainda ocorrer nesse
1085 semestre alguma reunião ampliada ou outro evento; 7.5 - O CNAS recebeu Ofício nº 200/2014 do
1086 CMAS de Juiz de Fora e a Comissão de Política da Assistência Social pautou em sua reunião. O
1087 ofício trata sobre a legitimidade da indicação dos funcionários de CRAS e CREAS para
1088 representação governamental, uma vez que tais trabalhadores pertencem à entidade Associação
1089 Municipal de Apoio Comunitário – AMAC, inscrita no CMAS/JF como sociedade civil. Item 8 - Pauta
1090 da 227ª Reunião Ordinária do CNAS (Anexo II). Edivaldo da Silva Ramos - Presidente do CNAS;
1091 Luziele Tapajós - Vice Presidente do CNAS. O anexo I a gente não vai ler porque foi só subsídio para
1092 a reunião para subcomissão. Perfeito Presidente? Anexo II - Proposta de pauta 227ª Reunião
1093 Ordinária do CNAS -7 a 9 de outubro – Brasília, DF. 07/10/2014 – Comissões Temáticas - 9h às 16h
1094 - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; Reunião da
1095 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Reunião da Comissão de Normas
1096 da Assistência Social; Reunião da Comissão de Política da Assistência Social. 16h às 18h - Reunião
1097 da Presidência Ampliada; Reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações das
1098 Conferências Nacionais de Assistência Social. 08/10/2014 –Plenária- 9h às 09h15, Aprovação da
1099 ata da 226ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 227ª Reunião Ordinária; 09h15 às 10h30 -
1100 Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros.
1101 10h30 às 12h - Discussão sobre a programação da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS –
1102 novembro/2014. 14h às 18h- Painel: Federalismo Controle e Participação Social no SUAS,
1103 Convidados: Dr. Vicente Trevas e Dr. Luís Eduardo Patrone Regules. 09/10/2014 - 9h às 10h30 -
1104 Relato da Presidência Ampliada.10h30 às 12h- Relato da Comissão de Normas da Assistência
1105 Social; 14h às 15h - Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 15h
1106 às 16h - Relato da Comissão de Política da Assistência Social. 16h às 17h - Relato da Comissão de
1107 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. 17h às 18h - Relato da Comissão de
1108 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social. No item 6.1., a

1109 Conselheira Eufrásia solicitou receber a informação sobre a cobrança dos cartórios, com o
1110 Presidente informando que consultaria e encaminhariam para os Conselheiros. O Presidente
1111 indagou se havia mais algum questionamento. Em não havendo, considerou aprovada pelo Pleno
1112 o Relato da Presidência Ampliada. Item Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento, pela
1113 Conselheira Simone: “Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.
1114 Setembro de 2014. Data: 09/09/2014. Horário: 09 às 16hrs. Local: Esplanada dos Ministérios,
1115 Anexo do Bloco F, 1º andar, ala B, sala 126. Conselheiros (as) Presentes: Simone Aparecida
1116 Albuquerque- Coordenadora da Comissão, Fátima Aparecida Rampin, Fábio Moassab Bruni, Zilene
1117 Santana Silva Rabelo, Samuel Rodrigues, Leovane Gregório, Patrícia Alves Vieira. Convidados:
1118 Dulcelena Alves Vaz Martins – Diretora Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social -
1119 FNAS/SNAS/MDS, Francisco Chaves do Nascimento Neto – Assessor do FNAS - FNAS/SNAS/MDS.
1120 Da Secretaria Executiva estava o Coordenador Técnico: Becchara Miranda, Suzany Gonçalves,
1121 Thalita Eleto. Ponto 1. Discussão sobre a elaboração de documentos sobre as Emendas
1122 Parlamentares, já vou consertando aqui, a culpa não é do Bech, a culpa é minha que eu nem
1123 percebi que não estava escrito aqui, está gente. A Diretora Executiva do Fundo Nacional de
1124 Assistência Social - FNAS, Dulcelena Alves Vaz Martins iniciou a apresentação esclarecendo que por
1125 meio das emendas parlamentares surgem os convênios e contratos de repasse que possibilitam
1126 aos Estados, Municípios e DF realizarem ações de estruturação da rede de Serviços de Proteção
1127 Social para melhorar a quantidade e qualidade de atendimento aos usuários com a construção de
1128 novos Centros públicos de referência de assistência social, tais como Centro de Referência de
1129 Assistência Social - CRAS, Centro de Convivência, Centro de Referência Especializado de Assistência
1130 Social - CREAS e Centro de Atendimento à População de Rua - Centro POP. Na sequência ela
1131 explanou o material elaborado pelo FNAS em conjunto com os Departamentos de Proteção Básica
1132 e Especial da SNAS, o mesmo tem por objetivo orientar os parlamentares quanto à indicação de
1133 emendas em consonância com a Política Nacional de Assistência Social. Evitando dessa forma que
1134 sejam inseridas emendas que não conseguem atingir os efeitos esperados em virtude da falta de
1135 orientação adequada. Conforme citado anteriormente o conteúdo do mesmo aponta como
1136 prioridade a construção dos equipamentos da assistência social com vistas a superação das
1137 dificuldades e desafios dos entes sobretudo daqueles que se utilizam de estruturas cedidas ou
1138 locadas. Também foi apresentada a situação atual dos convênios em andamento desde de 2009,
1139 dos quais o FNAS tem monitorado sistematicamente com a finalidade de que os municípios
1140 superem as pendências relativas a conclusão dos projetos de construção dos equipamentos,
1141 conforme apresenta o quadro abaixo. Então a Dulce apresentou um quadro das emendas
1142 parlamentares e o quadro é o seguinte: situação de obra construída, nós temos de 2009 a 2013 –
1143 um total de 236; aguardando início das obras: nós temos 303; obra em execução: 267; cancelada:
1144 52; contrato sob “cláusula suspensiva”: 309; emenda distratada: 9; em trâmite para
1145 cancelamento: 1; e, extinta: 4. Então no total geral são 1181. Por fim a Diretora Dulcelena
1146 encerrou a sua apresentação enfatizando que esse processo contribui para o fortalecimento da
1147 Política Nacional de Assistência Social e que este Conselho pode contribuir de maneira efetiva na
1148 concretização dessas ações. Os conselheiros Fábio e Simone levantaram a necessidade de se prever
1149 orientações para indicação de emendas parlamentares com finalidade de recomposição e de
1150 manutenção dos serviços de proteção social básica e especial, respectivamente nas dotações das
1151 ações 2A60 e 2A69. Encaminhamentos: A comissão recomenda à plenária: Indicar aos

1152 parlamentares que sejam priorizadas as emendas de construção de equipamentos em especial dos
1153 CRAS na Proteção Social Básica e dos CREAS na Proteção Social Especial; Constar no documento de
1154 elaboração de emendas o quantitativo de CRAS e CREAS alugados por Estados (levantamento
1155 realizado pela SNAS/FNAS); Indicar aos parlamentares uma proposta de emendas relativas a
1156 manutenção dos serviços de assistência social constantes das ações 2A60, da Proteção Básica e
1157 2A69 da Proteção de Alta Complexidade, tendo em vista que haverá necessidade de mais recursos
1158 para manutenção dos serviços; Solicitar ao FNAS o envio das informações relativas as emendas
1159 com processos previstos para conclusão, nominada por município e situação, para posterior envio
1160 aos respectivos conselhos; Recomendar que o FNAS insira no documento detalhamento das
1161 informações relativas a natureza e classificação orçamentária da inclusão das emendas; A
1162 comissão também indicar ao Presidente do Conselho Nacional, que pautе agendas com a Frente
1163 Parlamentar em Defesa da Assistência Social e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e
1164 Fiscalização do Congresso Nacional; Outro encaminhamento, também, proposto por nós,
1165 encaminhar o documento também para todos conselheiros, o CONGEMAS, FONSEAS e todos os
1166 Deputados Federais; 2. Apresentação do plano de monitoramento, elaborado pelo Fundo Nacional
1167 de Assistência Social, referente à Portaria nº 36 de 25 de abril de 2014 (Portaria dos Saldos). A
1168 Diretora Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, Dulcelena Alves Vaz Martins em
1169 companhia do Assessor do Fundo, Francisco Chaves do Nascimento Neto, apresentaram os dados
1170 dos municípios afetados pela portaria, assim como também as medidas adotadas para a
1171 superação da situação encontrada e a sistematização do acompanhamento dos mesmos. Medidas
1172 adotadas: Fundo Nacional monitora a execução Financeira dos repasses Fundo a Fundo,
1173 mensalmente e, trimestralmente, apura o índice de monitoramento para verificar quantos meses
1174 de repasses correspondem aos Saldos constantes das Contas Correntes, no último dia do mês
1175 anterior ao período de apuração.No ato do monitoramento o Fundo, calcula o Índice de
1176 Monitoramento (IM) para efeitos de Suspensão de recursos. Com envio de Comunicação via ofício
1177 para os entes que possuem Saldo Maior ou igual a 12 meses de repasse, informando a Suspensão
1178 por Proteção;Possuem Saldo entre 10 e 11,99 meses de repasse, alertando para o alto saldo em
1179 conta para as devidas providências até a próxima apuração; Os informes, ofícios, são enviados
1180 separadamente por proteção ou por ambas as proteções, gerando 9 lotes de envio para cada
1181 situação informada (Manutenção da suspensão, se for o caso, Início da Suspensão ou
1182 Monitoramento);O Fundo realiza uma Auditoria do Monitoramento da Execução com vistas a
1183 ratificar a apuração e checar possíveis distorções devido as especificidades dos Entes, realiza
1184 também uma checagem da apuração onde verifica variações “fora” da média. Para estes entes
1185 que possuem execução acima de 70%, faz-se um monitoramento por piso, para verificar possíveis
1186 movimentações em desacordo com as regras da execução financeira estabelecidas pelo Fundo. O
1187 Fundo realizou o 1º Encontro Nacional de Apoio Técnico para os entes que se encontravam na
1188 condição de suspensão, nos dias 03 e 04 de junho. O evento contou com a presença de 70% do
1189 público alvo. Com a finalidade de prestar apoio técnico aos entes o Fundo executa a seguintes
1190 ações: Apoio Técnico por agendamento que caracteriza-se por atendimento presencial, em que os
1191 entes expõem dúvidas específicas de seus municípios com relação à execução orçamentária e
1192 financeira do SUAS. O Fundo bloqueou a agenda dos seus técnicos, todas às quartas feiras, em dois
1193 períodos (Manhã ou Tarde) e atende em sala específica no máximo 10 municípios por vez, o que
1194 permite a cada ente a capacitação de 3 participantes, considerando que o espaço tem capacidade

1195 para 30 pessoas. Por ocasião da capacitação, na primeira hora de encontro realiza-se uma
1196 apresentação resumida, baseada na mesma apresentada no Encontro Nacional. Em seguida abre-
1197 se espaço para resposta às dúvidas dos entes. Do início de junho até 13 de agosto foram atendidos
1198 28 municípios, não considerando aqui os municípios atendidos esporadicamente atendidos pela
1199 equipe técnica do Fundo sem agendamento prévio. Como forma de Sistematizar as Informações
1200 difundidas aos Entes, o FNAS destacou a criação do Blog do FNAS e outras ações correlatas ao
1201 assunto. Encaminhamento: A Comissão recomenda a plenária: A realização de oficina relativa a
1202 portaria dos saldos por ocasião da Reunião Descentralizada e Ampliada em novembro.3. Parceria
1203 com o Conselho Federal de Contabilidade para elaboração de material específico para contadores
1204 dos fundos de assistência social; Foi encaminhado o Ofício nº 004/2014/CF/PRES/CNAS/MDS, ao
1205 Presidente do Conselho Federal de Contabilidade- CFC, o Senhor José Martonio Alves Coelho,
1206 solicitando um debate sobre a atuação dos Contadores nos Fundos de Assistência Social, onde
1207 obtivemos a resposta: - de que em virtude de compromissos previamente assumidos, não seria
1208 possível participação da reunião da comissão. Sendo assim a Coordenadora da Comissão, a
1209 Conselheira Simone está tentando um contato para viabilizar uma reunião diretamente com o
1210 Presidente do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Foi apresentado o levantamento com base
1211 no Censo SUAS 2013 enviado pelo Técnico Wagner Saltorato da Gestão do Trabalho da SNAS,
1212 referente à quantidade de Contadores existentes nos Fundos de Assistência Social de Municípios,
1213 DF e Estados. Então, contadores do SUAS, tem um total de 1046 contadores, sendo 124 na região
1214 centro oeste; 291 na região nordeste; 102 na região norte; 258 na região sudeste; 150 na região
1215 sul. 924 no total. Por porte nós temos: 394 contadores nos municípios de pequeno porte I; 163 no
1216 de porte II; 74 no de médio porte; 217 no de grande porte; 77 nas metrópoles. Total, então, de
1217 novo: 925. Encaminhamentos: A comissão recomenda à plenária: Verificar a possibilidade de estar
1218 levantando esse debate para os Conselhos de assistência social. Realizar de uma teleconferência,
1219 com o objetivo de levar o assunto aos Conselhos, pretendendo ter uma articulação e mecanismo
1220 para viabilização. Continuar tratativas com o Conselho Federal de Contabilidade. 4.
1221 Estabelecimento de prazos e estratégias para o alcance das metas priorizadas pela comissão no
1222 Plano de Ação da comissão. Foi analisado e discutido o Plano de Ação da comissão, com a
1223 finalidade de ser colocada e reestabelecida as metas priorizadas para o 2º semestre de 2014. 5.
1224 Definição de Pauta para Outubro de 2014. Período da manhã - 5.1. Palestra do Fundo Nacional
1225 sobre Execução Orçamentária e Financeira. Depois uma análise do Relatório da Execução
1226 Orçamentária e Financeira do Fundo do exercício de 2014 – 3º trimestre (Relatório Trimestral –
1227 LOAS, Art.19, item VII). Período da tarde, nós vamos ler o documento que será orientador aos
1228 deputados do Congresso Nacional sobre as emendas parlamentares. Depois, também, ainda a
1229 ideia é convidar a Subsecretaria de Financiamento e Orçamento do nosso Ministério para
1230 apresentar uma Nota Técnica que fala do cofinanciamento estadual, e, também na parte da tarde
1231 a Comissão discutirá sobre o cofinanciamento obrigatório, onde convidaremos a nossa Consultoria
1232 Jurídica e também a nossa Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. A Conselheira Aldenora
1233 indagou se o material elaborado pelo Fundo Nacional de Assistência Social poderia ser
1234 encaminhado, com a Conselheira Simone informando que tão ficasse pronto, seria enviado a
1235 todos os Conselheiros e também para o CONGEMAS, considerando a importância de subsidiar os
1236 deputados na indicação de emendas. Observou ser muito importante que a Secretaria-Executiva
1237 acompanhasse o debate do orçamento no Congresso, mas ainda não conheciam o calendário, com

1238 o Coordenador Técnico da Comissão, Sr. Becchara fazendo esse acompanhamento. O Presidente
1239 indagou se havia alguma observação. Em não havendo o Relato da Comissão de Financiamento foi
1240 aprovado pelo Pleno. Item Relato da Comissão de Ética, pelo Conselheiro Samuel: *Relato*
1241 *Comissão de Ética do Conselho Nacional de Assistência Social. A primeira reunião de 2014, que a*
1242 *gente espera que continue. Dia: 09/09/2014 às 16h às 17h30, aqui na sede do Conselho. Atividade.*
1243 *Reunião da Comissão de Ética do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Objetivo:*
1244 *Instalação da Comissão e a indicação do Coordenador. A Indicação do Coordenador da Comissão*
1245 *de Ética será submetido a eleição na Plenária do CNAS. Conselheiros e Conselheiras presentes: José*
1246 *Ferreira da Crus, Maria das Graças Soares Prola, Carolina Gabas Stuchi, Thiago S. de Barbosa*
1247 *Ferreira Cabral, Patrícia Alves Vieira, Samuel Rodrigues. Pela Secretária Executiva CNAS: Ranieri*
1248 *Braga, Maria do Socorro Cruz. Reunião: O Senhor Ranieri Braga, Assistente da Secretária Executiva*
1249 *do Conselho Nacional de Assistência Social iniciou a reunião informando que a pauta e o objetivo*
1250 *da reunião é a instalação da Comissão de Ética do CNAS, bem como a indicação do Coordenador*
1251 *da mesma. Esta indicação será submetida à aprovação pela Plenária do Conselho Nacional de*
1252 *Assistência Social, na pauta da 226ª Reunião Ordinária do CNAS, prevista para 11 de setembro de*
1253 *2014. Na reunião foram distribuídas as seguintes matérias, para leitura e conhecimento: a)*
1254 *Resolução CNAS nº 209, de 10 de novembro de 2005, que dispõe sobre a instituição do Código de*
1255 *Ética do Conselho Nacional de Assistência Social; b) Resolução CNAS nº 4, de 9 de fevereiro de*
1256 *2011, que estabelece os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho; c)*
1257 *Resolução CNAS nº 21, de 6 de junho de 2014 que compõe a Comissão de Ética; d) Nota sobre o*
1258 *Regimento Interno do CNAS e as questões relacionadas com a Comissão de Ética e, e) Relatório*
1259 *Sintético sobre a Comissão de Ética, contendo entre outros tópicos: instituição, fundamento,*
1260 *finalidades, princípios, composição, competências e funcionamento. O Conselheiro Samuel*
1261 *Rodrigues foi indicado, por unanimidade, para Coordenador da Comissão de Ética. Na forma do §*
1262 *2º do art. 11 do Código de Ética, o Coordenador será eleito na Plenária do CNAS, a partir de*
1263 *indicação dos membros da Comissão. Atendendo ao pedido da Conselheira Maria das Graças*
1264 *Soares Prola foram lidos, na íntegra, o relatório e a Resolução CNAS nº 209, de 10 de novembro de*
1265 *2005 que institui o Código de Ética. Após a leitura da referida resolução foram observadas as*
1266 *necessidades de proceder à atualização da Resolução bem como do Código de Ética, visto que os*
1267 *mesmos tiveram origem anterior a aprovação dos princípios e diretrizes no âmbito do Sistema*
1268 *Único de Assistência Social - SUAS e quando ainda estava vigente o Regimento Interno do Conselho*
1269 *Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovado pela Resolução CNAS nº 177, de 8 de dezembro de*
1270 *2004, que ainda tinha no seu contexto a competência para analisar e aprovar os pedidos de*
1271 *Certificação de Entidades de Assistência Social. Considerando estes motivos, foram destacados os*
1272 *seguintes pontos: I – Na Resolução CNAS nº 209/2005: a) Inserir novos “considerandos”*
1273 *reportando o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, aprovado pela Resolução CNAS nº 31, de*
1274 *31 de outubro de 2013, bem como mencionar como fundamento legal o Regimento Interno do*
1275 *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovado pela Resolução CNAS nº 6, de 9 de*
1276 *fevereiro de 2011; b) No primeiro “Considerando” excluir a expressão “servidores” uma vez que os*
1277 *mesmos já possuem instrumento próprio regido pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 que*
1278 *dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo; c) No*
1279 *segundo “Considerando” substituir a expressão “que informam a conduta” por “que orientam a*
1280 *conduta” por considerar a expressão “informam” inapropriada para o termo. II – No Código de*

1281 *Ética: a) excluir, na apresentação, a expressão “servidores” bem como fazer menção ao Sistema*
1282 *Único de Assistência Social - SUAS; b) no inciso I do art. 8º, excluir a nota de rodapé e incluir a*
1283 *expressão “em vigor”; c) no inciso X do art. 8º, substituir a expressão “do Sistema Descentralizado*
1284 *e Participativo da Política Nacional de Assistência Social” por “do Sistema Único de Assistência*
1285 *Social – SUAS”; d) excluir o inciso X do art. 9º. Não é mais competência do Conselho Nacional de*
1286 *Assistência Social (CNAS) receber, analisar e deliberar sobre os pedidos de certificação de*
1287 *Entidades Benéficas de Assistência Social; e) no inciso XVI do art. 9º, substituir a expressão “no*
1288 *âmbito interno de seu serviço” por “no exercício de sua função”; f) alterar a redação o § 2º do art.*
1289 *12 de: “Haverá uma reunião ordinária a cada 6 (seis) meses, e tantas extraordinárias quantas*
1290 *forem convocadas pelo Coordenador da Comissão de Ética, ou por 2 (dois) de seus membros” para*
1291 *“Haverá reuniões da Comissão de Ética, quando forem convocadas pelo Coordenador, ou por 2*
1292 *(dois) de seus membros”; g) alterar a redação do § 1º do art. 13 de: “Nos casos deste artigo, o*
1293 *Plenário do CNAS, indicará novo Conselheiro” para: “Ocorrendo o mencionado no caput deste*
1294 *artigo, o Plenário do CNAS, indicará novo Conselheiro”; h) excluir a expressão “(por iniciativa*
1295 *própria)” localizada no inciso II do art. 16. Após terem sido pontuadas as sugestões para*
1296 *atualização dos dispositivos que regulam a Comissão de Ética, foi sugerido que a Coordenação*
1297 *Geral de Regulação do SUAS seja acionada para avaliar a forma adequada para proceder as*
1298 *atualizações destacadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h e 30.*
1299 *Brasília, 9 de setembro de 2014. O Conselheiro Samuel informou que a Coordenação havia*
1300 *preparado uma minuta de Resolução, indagando se poderia proceder à sua leitura. A Conselheira*
1301 *Carolina indicou que na letra “f”, alteração da proposta de reunião ordinária a cada 6 meses, na*
1302 *nova redação havia faltado a palavra “ordinária”. O Presidente, não havendo nenhuma*
1303 *observação, passou para a leitura da minuta de Resolução, pelo Conselheiro Samuel: Resolução do*
1304 *CNAS - Dispõe acerca do Código de Ética do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. O*
1305 *Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em Reunião Plenária, realizada nos dias tal e tal de*
1306 *setembro de 2014, dentro das competências e das atribuições conferidas pelo artigo 18, inciso XIII,*
1307 *da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Considerando a necessidade de resgatar e enfatizar a*
1308 *função pública dos Conselheiros do CNAS e dos servidores que trabalham no Conselho, e de suas*
1309 *relações com o público em geral, organizações e usuários da Assistência Social, bem como, com os*
1310 *poderes executivos, legislativo e judiciário; Considerando os princípios éticos, que informam*
1311 *orientam a conduta dos homens e mulheres comprometidos com a verdade, honestidade, justiça,*
1312 *dignidade humana, e com o respeito à lei, que são elementos que devem presidir o relacionamento*
1313 *dos Conselheiros entre si, com as autoridades públicas, com as organizações e com a população*
1314 *em geral; Considerando o processo histórico consolidado pela Resolução nº 209, de 10 de*
1315 *novembro de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Resolve: Art. 1º Instituir*
1316 *Dispõe acerca das alterações do Código de Ética do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,*
1317 *que integra esta Resolução aprovado na forma do Anexo, com base na Lei Orgânica da Assistência*
1318 *Social – LOAS, no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal,*
1319 *disposto no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e no Regimento Interno do CNAS, aprovado*
1320 *pela Resolução CNAS nº 6, de 9 de fevereiro de 2011. Art. 2º Determinar a Secretaria*
1321 *Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS que proceda a imediata e ampla*
1322 *divulgação do Código de Ética deste Conselho. Art. 3º Revoga a Resolução nº 209, de 10 de*
1323 *novembro de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Art. 4º Esta Resolução*

1324 *entra em vigor na data de sua publicação. Edivaldo da Silva Ramos. Presidente do CNAS. Em anexo,*
1325 *o Código de Ética com as alterações que já foram aqui colocadas. O Presidente questionou se não*
1326 *seria instituir, com a Conselheira Maria das Graças informando que o Código de Ética não havia*
1327 *sido alterado, mas sim atualizado, sugerindo “dispõe sobre alterações no Código de Ética do*
1328 *CNAS”, tirando a fundamentação do Código de Ética dos servidores públicos civis. A Conselheira*
1329 *Carolina falou sobre o texto, observando que seria preciso o apoio da Secretaria-Executiva do*
1330 *Conselho, em conjunto com o apoio da Coordenação de Regulação, para trazer na próxima*
1331 *reunião o texto pronto. O Presidente concordou com a Conselheira Carolina, concordando com o*
1332 *encaminhamento do texto para a Comissão de Normas ou para a Secretaria Executiva, com o*
1333 *Conselheiro Samuel indicando o encaminhamento para a CONJUR. O Conselheiro José Crus*
1334 *esclareceu que a minuta já havia passado pela Comissão de Regulação, ficando a definição de*
1335 *atualização do Código de Ética, de acordo com as normativas aprovadas após o Código de Ética*
1336 *datado de 2005. O Presidente ponderou que ao se mudar algo no texto, o documento era*
1337 *alterado. O Conselheiro José Crus observou que se fosse consenso pelo Pleno, trariam o*
1338 *documento na próxima reunião, de acordo com as técnicas legislativas. O Presidente,*
1339 *considerando que a Comissão entendia que o documento estava pronto, submeteu o texto à*
1340 *análise do Pleno. A Conselheira Simone indagou se o assunto tinha características de Regimento*
1341 *Interno e se seguia o mesmo rito, com o Presidente esclarecendo que não havia necessidade de*
1342 *quórum qualificado, considerando que não alterava o Regimento. O Conselheiro José Crus indicou*
1343 *que a Secretaria-Executiva havia apontado o que estava em desacordo com o Regimento Interno,*
1344 *o que havia sido sanado. O Conselheiro Samuel procedeu à leitura do Código de Ética: “Código de*
1345 *Ética do Conselho Nacional de Assistência Social. Apresentação. Obrigado, mil. O Conselho*
1346 *Nacional de Assistência Social - CNAS, ao instituir seu Código de Ética, toma uma iniciativa*
1347 *inovadora entre os conselhos de gestão de políticas sociais. Trata-se de resgatar e enfatizar a*
1348 *função pública e política dos conselheiros do CNAS e dos servidores que trabalham, e de suas*
1349 *relações com o público em geral, organizações e usuários da assistência social, bem como, com os*
1350 *Poderes Executivos, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. O presente Código norteia-se por*
1351 *princípios éticos, que informam orientam a conduta dos homens e mulheres comprometidos com a*
1352 *verdade, honestidade, justiça, dignidade humana, e com o respeito à lei, que são elementos que*
1353 *devem presidir o relacionamento dos Conselheiros entre si, com as autoridades públicas, com as*
1354 *organizações e com a população em geral. Baseia-se ainda, na Lei Orgânica da Assistência Social –*
1355 *LOAS, no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Código de Ética Profissional do Servidor*
1356 *Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22/6/1994), aqui sairia, e no*
1357 *Regimento Interno do CNAS, cabendo aos Conselheiros pautarem seu comportamento e ações por*
1358 *este Código de Ética, de modo a honrar a função de representação social do Conselho e tornar-se*
1359 *exemplo a ser seguido por todos, em todos os momentos e em qualquer lugar. Índice,*
1360 *Apresentação, Título I - Dos Objetivos e da Abrangência, Título II – Dos Princípios, Título III – Das*
1361 *Responsabilidades e Deveres, Título IV – Das Vedações, Título V – Da Aplicação de Penalidades,*
1362 *Título VI – Da Comissão de Ética, Título VII – Das Disposições finais e transitórias. Título I - Dos*
1363 *Objetivos e da Abrangência. Art. 1º Fica instituído o Código de Ética do Conselho Nacional de*
1364 *Assistência Social - CNAS, com as seguintes finalidades: I - orientar a conduta dos conselheiros,*
1365 *titulares e suplentes; II - publicizar as regras éticas de conduta dos Conselheiros, para que a*
1366 *sociedade possa aferir a integridade e a lisura de suas atividades; III - preservar a imagem e a*

1367 *reputação do CNAS. IV - estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados*
1368 *e limitações às atividades profissionais no exercício da função de Conselheiro; V - criar*
1369 *procedimento de averiguação de infração ética.Parágrafo único. As normas deste Código aplicam-*
1370 *se aos Conselheiros, no desempenho de suas funções. Título II - Dos Princípios.Art. 2º Os*
1371 *conselheiros, da sociedade civil e do governo, são agentes públicos e o exercício da função de*
1372 *Conselheiro exige conduta compatível com os preceitos da Constituição Federal, da LOAS, do seu*
1373 *Regimento Interno e deste Código e outras normas legais.Art. 3º O Conselheiro, no desempenho de*
1374 *suas funções, deverá primar pelos princípios constitucionais, em particular, o da legalidade,*
1375 *impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.Parágrafo único. O trabalho desenvolvido*
1376 *pelo Conselheiro é atividade não remunerada e considerado serviço público relevante. Art. 4º*
1377 *Consideram-se Princípios Fundamentais do CNAS, de seus conselheiros o reconhecimento e a*
1378 *defesa, aí tem o comentário de retirada do inciso de modo automático, tendo em vista a retirada*
1379 *de numeração como faz no primeiro. I. Da democracia, do Estado democrático de direito, da*
1380 *cidadania, da justiça, equidade e da paz social, II. Dos direitos humanos, da liberdade e da*
1381 *autonomia de todos os indivíduos, III.Da garantia dos direitos civis, políticos e sociais a toda a*
1382 *população brasileira; IV. Da distribuição de renda e a universalidade de acesso às políticas*
1383 *sociais; V.Da organização e participação de todos os segmentos sociais, em especial, os usuários*
1384 *da política de assistência social; VI.Da adversidade social, de raça e etnia, gênero, geracional,*
1385 *orientação sexual e de deficiências, e, conseqüentemente, o combate a toda forma de*
1386 *preconceito,VII.Da gestão democrática e controle social das políticas sociais.Art. 5º - A função*
1387 *pública de Conselheiro deve ser entendida como de representação, defesa de direitos sociais da*
1388 *população usuária da Política Nacional de Assistência Social e de controle social.Art. 6º - O*
1389 *Conselheiro executará suas funções com respeito, disciplina, dedicação cooperação e discrição,*
1390 *para alcançar os objetivos definidos pelo CNAS e observando cuidadosamente as normas legais*
1391 *disciplinadoras da matéria tratada. Art. 7º - O Conselheiro deverá cuidar pela observância dos*
1392 *princípios e diretrizes desse Código, no exercício de suas responsabilidades, deveres, zelar pela sua*
1393 *autonomia e independência. Título III - Das Responsabilidades e Deveres. Art. 8º - São deveres dos*
1394 *Conselheiros: I. defender, aí o comentário vai sugerir retirar o inciso de modo automático, também,*
1395 *o caráter público da Política de Assistência Social entendida como proteção social, definida nos*
1396 *estatutos legais em vigor, a ser prestada tanto por órgãos governamentais quanto pelas entidades*
1397 *de assistência social, inclusive as que os conselheiros representam. II. Conhecer o marco legal da*
1398 *Política, bem como garantir o debate em espaços públicos, e nas entidades publicas e privadas que*
1399 *representam; III.Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária da*
1400 *Política de Assistência Social nas decisões do conselho, buscando metodologia, forma e linguagem*
1401 *adequada;IV.Garantir a informação e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e*
1402 *projetos da política de assistência social bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e*
1403 *dos critérios para sua concessão (Princípio V do capítulo II da Lei 8742/1993LOAS);V.Contribuir*
1404 *para a criação de mecanismos que venham desburocratizar o Conselho, tornando o acesso aos*
1405 *dados alcançável pela população brasileira;VI. Manter diálogo permanente com os Conselhos das*
1406 *demais Políticas Pública e com os segmentos em todas as esferas de representação; VII.*
1407 *Representar o CNAS nas pautas de discussão da Política de Assistência Social em seu município,*
1408 *região, estado da Federação; VIII.Manter relação com as esferas municipal, estadual, distrital e*
1409 *federal de Pactuação da Assistência Social, conforme estabelecido na NOB/SUAS e demais*

1410 políticas;IX.Manter relação com os Fóruns da Sociedade Civil e instituições públicas no âmbito das
1411 esferas administrativas; X. Zelar para a implantação efetiva do Sistema Único de Assistência Social
1412 – SUAS, Sistema Descentralizado e Participativo da Política Nacional de Assistência Social;
1413 XI.Contribuir para a manutenção do espaço do Conselho como esfera de debate, diálogo, etapa
1414 anterior ao momento da deliberação;XII.Manter vigilância para que o CNAS cuide da aplicação dos
1415 direitos socioassistenciais, direcionando a discussão para o cumprimento da proteção social para
1416 as diversas esferas dos poderes públicos e entidades de defesa de direitos;XIII.Participar das
1417 atividades do Conselho: reuniões plenárias, Grupos de trabalho e Comissão, desenvolvendo com
1418 responsabilidade e presteza todos as atribuições que lhes forem designadas; XIV. Representar o
1419 CNAS em eventos para os quais forem designados; XV.Agir com respeito e dignidade, observada as
1420 normas de conduta social e da Administração Pública; XVI. Representar contra qualquer ato, de
1421 Conselheiros e de servidores ou colaboradores, que estejam em desacordo com este Código e com
1422 as normas da Administração Pública; XVII. Zelar pelo patrimônio do CNAS; XVIII.Manter seus dados
1423 cadastrais atualizados junto ao CNAS;XIX.Responder com presteza e de modo formal, de acordo
1424 com as normas do processo administrativo; XX. Exercer o controle social da Política Pública de
1425 Assistência Social. Título IV - Das Vedações aos Conselheiros. Art. 9º É vedado ao Conselheiro do
1426 CNAS: I. Atentar contra a ética, a moral, a honestidade e o decoro, e aí o comentário, também, de
1427 retirar o inciso de modo automático; II. Fazer de sua conduta instrumento de domínio, pressão ou
1428 de menosprezo a qualquer pessoa; III. Prejudicar deliberadamente a reputação de outros
1429 Conselheiros, de servidores ou de cidadãos que deles dependam; IV. Ser conivente com erro ou
1430 infração pertinente à Assistência Social, a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua
1431 profissão; V. Usar de artifícios para adiar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer
1432 pessoa, causando-lhe dano moral ou material; VI. Deixar de utilizar os avanços técnicos e
1433 científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento de seus interesses; VII.
1434 Permitir que perseguições ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com
1435 os jurisdicionados administrativos, com servidores ou com outros Conselheiros; VIII. O uso da
1436 função, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; IX. Pleitear, solicitar, provocar,
1437 sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou
1438 vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua
1439 missão ou para influenciar outro Conselheiro ou servidor para o mesmo fim; X. Prestar serviços de
1440 consultoria remunerada nos processos de registro e certificação das entidades de assistência
1441 social, concomitantemente com o exercício da função de conselheiro; XI. Alterar ou deturpar o teor
1442 de documentos que deva encaminhar para providências; XII. Iludir ou tentar iludir qualquer pessoa
1443 que necessite do atendimento em serviços públicos; XIII. Falsear deliberadamente a verdade ou
1444 basear-se na má-fé; XIV. Desviar servidor público para atendimento a interesse particular; XV.
1445 Retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou
1446 outro bem pertencente ao patrimônio público; XVI. Fazer uso de informações privilegiadas obtidas
1447 no âmbito interno de seu serviço, no exercício de sua função em benefício próprio, de parentes, de
1448 amigos ou de terceiros; XVII. Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam
1449 sobre o interesse público. Título V - Da Aplicação de Penalidades. Art. 10. A pena aplicável ao
1450 Conselheiro pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo
1451 parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso, sendo cópia encaminhada
1452 ao órgão público e/ou entidade que represente. Parágrafo único. Quando a infração a este Código

1453 estiver qualificada como crime, cópia do processo será remetida ao Ministério Público para a
1454 instauração da ação penal. Título VI - Da Comissão de Ética. Art. 11. A Comissão de Ética, órgão
1455 normativo e deliberativo no âmbito de sua competência, compõe-se de 6 (seis) membros, com
1456 representação paritária, eleitos pela Plenária do CNAS, com a seguinte composição: I - 1
1457 Coordenador;II - 5 (cinco) membros.§ 1º O mandato dos membros da Comissão de Ética coincidirá
1458 com o mandato dos demais Conselheiros;§ 2º O Coordenador será eleito na Plenária do CNAS, a
1459 partir de indicação dos membros da Comissão.Art. 12 – A Comissão de Ética reunir-se-á com a
1460 presença de, no mínimo 3 (três) membros.§ 1º - Em seus impedimentos ou faltas, o Coordenador
1461 da Comissão será substituído por um dos seus membros, escolhido entre os presentes.§ 2º Haverá
1462 reunião ordinária da Comissão de Ética, quando forem convocadas pelo Coordenador, ou por 2
1463 (dois) de seus membros. § 3º - Perderá o mandato na Comissão de Ética o Conselheiro que, sem
1464 justificativa, faltar a 3 (três) reuniões ordinárias da Comissão de Ética, devendo o Plenário da CNAS
1465 eleger seu substituto.§ 4º - Os Conselheiros do CNAS, quando convocados, deverão participar das
1466 reuniões da Comissão de Ética, podendo fazer uso da palavra, mas sem direito a voto. Art. 13.
1467 Qualquer membro da Comissão de Ética poderá de ofício, pedir seu afastamento na apreciação de
1468 qualquer fato levado ao conhecimento da Comissão, caso entenda que sua permanência poderá
1469 prejudicar a apuração dos fatos.§ 1º Ocorrendo o mencionado no caput deste artigo, o Plenário do
1470 CNAS, indicará novo Conselheiro.§ 2º - Caso não haja o afastamento voluntário previsto no caput,
1471 poderá a Comissão em votação aberta, afastar o membro envolvido. Procedimentos da Comissão
1472 de Ética. Art. 14. Os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética, para a apuração de
1473 fato ou ato que, em princípio, se apresente contrário à ética, em conformidade com este Código,
1474 terão o rito sumário, ouvidos apenas o queixoso e o Conselheiro, ou apenas este, se a apuração
1475 decorrer de conhecimento de ofício, cabendo sempre recurso ao Plenário do CNAS. Art. 15. A
1476 Comissão de Ética não poderá se eximir de fundamentar o julgamento da falta de ética do
1477 Conselheiro, alegando a falta de previsão neste Código, cabendo-lhe recorrer à analogia, aos
1478 costumes e aos princípios éticos e morais conhecidos em outras profissões. Art. 16. Cabe à
1479 Comissão de Ética: I. Receber denúncias e propostas para averiguação de infração ética que lhe
1480 forem encaminhadas, deliberando sobre a conveniência de instauração de procedimento específico
1481 e eventuais penalidades, sendo vedadas denúncias anônimas; II .Instaurar, de ofício (por iniciativa
1482 própria), procedimento competente sobre ato ou matéria que considere passível de configurar, em
1483 tese, infração a princípio ou norma ética; III.Instruir o procedimento que deverá ser concluído no
1484 prazo de 60 (sessenta) dias prorrogável por igual período; IV. Elaborar relatório circunstanciado e
1485 parecer conclusivo, propondo, se devida, a aplicação de penalidade. Art. 17. Ao Coordenador da
1486 Comissão de Ética compete: I. Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão;
1487 II.Presidir os trabalhos da Comissão; III.Exercer o direito do voto de qualidade: IV. Exercer as
1488 atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno, ou por delegação da Comissão de
1489 Ética ou do Plenário do CNAS; Título VII - Das Disposições finais. Art. 18 A falta ou inexistência,
1490 neste Código, de definição ou orientação sobre questão ética no exercício das funções de
1491 Conselheiro do CNAS, será remetida a Reunião Plenária do Colegiado do CNAS. Art. 19. Este Código
1492 entra em vigor na data de sua publicação”. O Presidente informou que o Conselheiro Samuel havia
1493 sido indicado para a Coordenação da Comissão, com o Pleno apoiando essa escolha. Observou a
1494 indicação da Resolução 209 e que era revogada no artigo 3, sendo preciso consertar essa situação,
1495 considerando que com a revogação a norma perdia sua eficácia jurídica. A Conselheira Carolina

1496 sugeriu tirar o considerando, registrando que a Comissão não objetivava nenhuma alteração
1497 substancial, com o Presidente concordando com essa supressão. O Presidente destacou o artigo
1498 oitavo, com o inciso quarto citando a sigla da LOAS, mas com o nome completo sendo mais
1499 adequado. A Conselheira Cadó indicou o artigo nono, sugerindo retirar documentos, livros e deixar
1500 somente: qualquer bem pertencente ao patrimônio público, com a Conselheira Maria das Graças
1501 sugerindo retirar, sem estar devidamente autorizado, livro ou outro bem. O Presidente citou a
1502 alteração no artigo doze, com retirada do parágrafo segundo e no artigo treze havia sido alterado
1503 o parágrafo primeiro. A Conselheira Cadó indicou o artigo quinze, propondo retirar a expressão
1504 “conhecidos em outras profissões”, com essa proposta sendo aprovada pelo Pleno. O Presidente
1505 indicou a exclusão no artigo dezenove. A seguir, o Presidente procedeu à aprovação do código de
1506 Ética e da Resolução, com o Pleno aprovando essas norma por unanimidade, assim como o
1507 Relatório da Comissão de Ética. Item Relato. Comissão de Normas, pela Conselheira Cláudia:
1508 “*Memória da Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. Reunião Ordinária 007/2014.*
1509 *Data: 09/09/2014. Horário: 09 às 16h. Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A,*
1510 *sala 115. Conselheiros presentes: Cláudia Laureth Faquinote, Coordenadora; Alceu Kuhn; Carolina*
1511 *Gabas Stuchi; Dulcineia Reginato Francisco; Léa Lúcia Cecílio Braga; Luziele Maria de Souza*
1512 *Tapajós; Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral. Convidados: Alessandra Lopes Gadioli –*
1513 *DRSP/MDS; Maria Helena Gabarra Ozório – DRSP/MDS; Talita Nascimento – Diretora de Políticas*
1514 *Regulatórias Interina – MEC. Secretaria Executiva do CNAS: Christianne Camargo Menezes,*
1515 *Rosângela da Silva Almeida, Douglas Amaro, Ezidênio Pereira. Primeiro ponto - Continuação da*
1516 *análise e debate do Plano de Ação da Comissão de Normas da Assistência Social. A Comissão*
1517 *analisou o Plano de Ação, alterando a nomenclatura de metas, criando novas ações, estratégias e*
1518 *operacionalizações, visando aperfeiçoar o importante instrumento de trabalho da Comissão.*
1519 *Todavia ainda resta a indicação de prazos para execução das metas, responsáveis, priorização e*
1520 *metodologia para a efetivação do Plano de Ação. Encaminhamentos: A Comissão de Normas da*
1521 *Assistência Social recomenda à Plenária: 1.1 - A Secretaria Executiva deverá encaminhar, por e-*
1522 *mail, aos Conselheiros da Comissão, as deliberações da IX Conferência Nacional de Assistência*
1523 *Social. 1.2 - A conclusão da marcação dos prazos e responsáveis no plano de ação da Comissão de*
1524 *Normas, bem como o debate sobre a metodologia da Comissão para execução do Plano de ação,*
1525 *deverão ser realizados na próxima reunião. 2. Reunião com o representante do Ministério da*
1526 *Educação – MEC e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS com o*
1527 *objetivo de debater a possibilidade de criação de um grupo de estudos para elaboração de critérios*
1528 *de aferição de gratuidade na Assistência Social para as entidades de Educação, levando em conta*
1529 *a equivalência de serviços socioassistenciais e bolsas de estudo, bem como a definição de usuários*
1530 *que contemple o reconhecimento duplo de público. Participaram da reunião a representante do*
1531 *MEC, Sra. Talita Nascimento – Diretora de Políticas Regulatórias Interina, e as representantes do*
1532 *MDS, a Sra. Alessandra Gadioli – Coordenadora-Geral do Departamento da Rede Socioassistencial*
1533 *Privada do SUAS – DRSP/MDS e a Sra. Maria Helena Gabarra Ozório – assessora no DRSP/MDS. Foi*
1534 *destacada a importância da intersectorialidade para a proteção social. Durante o debate na*
1535 *Comissão foram discutidas algumas premissas que servirão de subsídio para eventual grupo de*
1536 *estudo: que a equivalência de serviços socioassistenciais e bolsas de estudo se dê com bases em*
1537 *critérios objetivos com possibilidade de mensuração e aferição; que esses critérios possam*
1538 *considerar custos da bolsas, custos dos serviços socioassistenciais, valor do cofinanciamento*

1539 *federal dos serviços socioassistenciais, proporcionalidade de pessoas atendidas/bolsistas e de*
1540 *insumos alocados; avaliar a possibilidade dessa proporcionalidade a partir do diagnóstico do*
1541 *território da demanda pelos serviços socioassistenciais; criar escala da equivalência com a*
1542 *construção de referências mínimas e máximas; a criação dos critérios deve levar em consideração*
1543 *os sistemas de informação já existentes no âmbito dos Ministérios envolvidos; que o critério possa*
1544 *ser auferido sem a necessidade de consulta do MEC e do MDS no processo de certificação.*
1545 *Encaminhamento: A Comissão de Normas recomenda à Plenária: 2.1 - Encaminhar ofício*
1546 *agradecendo ao Ministério da Educação – MEC a presença da representante Sra. Talita*
1547 *Nascimento – Diretora de Políticas Regulatórias – Interina, na Reunião da Comissão de Normas,*
1548 *com apresentação dos principais pontos discutidos, da proposta de interlocução entre MEC, MDS e*
1549 *CNAS e sobre possível criação do grupo de estudos para elaboração, levando em conta a*
1550 *equivalência de serviços socioassistenciais e bolsas de estudo, bem como a definição de usuários*
1551 *que contemple o reconhecimento duplo de público. 2.2 - Após resposta formal do MEC, a Comissão*
1552 *de Normas analisará a resposta do órgão para encaminhamentos futuros. Item 3. Definição de*
1553 *Pauta para o mês de outubro. Apresentação das informações trimestrais sobre o processo de*
1554 *certificação de entidades beneficentes de assistência social, conforme disposto no artigo 1º da*
1555 *Resolução CNAS número 18/2011 pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS –*
1556 *DRSP/SNAS. Conclusão da marcação dos prazos e responsáveis no plano de ação da Comissão de*
1557 *Normas e debate sobre a metodologia da Comissão de execução do Plano de Ação. Apresentação*
1558 *das propostas das reuniões conjuntas com as outras Comissões de acordo com o Plano de Ação.*
1559 *Continuação da discussão sobre o grupo de estudo a partir da resposta formal do MEC. Cláudia*
1560 *Laureth Faquinote – Coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social. Em não havendo*
1561 *nenhum questionamento o Presidente submeteu o Relato da Comissão de Normas à apreciação,*
1562 *sendo aprovado pelo Pleno. Item Relato da Comissão de Política, pelo Conselheiro Anderson:*
1563 *“Reunião da Comissão de Política da Assistência Social, setembro de 2012. Reunião 006/2014.*
1564 *Data: 09/09/2014. Hora: das 09 às 16h. Local: CNAS – Esplanada dos Ministérios, Anexo ao Bloco*
1565 *F, Ala A, sala 108. Eu gostaria de ressaltar que essa Comissão teve um debate importantíssimo,*
1566 *pena que ainda a gente não está sendo filmado para o Brasil, mais é de alta relevância, não é Vice*
1567 *Presidente Luziele, a gente vai ter alta relevância em dizer quanto o debate das comissões são*
1568 *importantíssimos. Conselheiros presentes: Anderson Lopes de Miranda – Coordenador; Márcia de*
1569 *Carvalho Rocha – Coordenadora Adjunta; Ana Lúcia de Lima Starling; Edivaldo da Silva Ramos;*
1570 *Elizabeth Sousa Gagliari Hernandez; Eufrasia Agizzio; José Crus; Juliana Picoli Agatte; Maria das*
1571 *Graças Soares Prola; Margareth Alves Dallaruvera. Participantes: Carmen Nambu – COMAS/SP;*
1572 *Cássia Gireti – COMAS/SP; Daniel Martins Silva – COMAS/SP; Raíssa Soares oliveira – Secretária*
1573 *Nacional de Assistência Social do MDS; Valéria da Silva Reis Ribeiro – COMAS/SP. Secretária*
1574 *Executiva: Maria Auxiliadora Pereira (Dorinha) – Coordenadora Técnica, Carolina Ribeiro, Maria*
1575 *Antônia Pereira Valente, Rosiely Bomfim. Ponto 1 - Discussão das resoluções do CNAS número 23 e*
1576 *23/2006: tendo em vista a necessidade de atualizar as resoluções CNAS n.º 23 e 24/2006, que*
1577 *tratam, respectivamente, do entendimento acerca de trabalhadores do Sistema Único da*
1578 *Assistência Social e usuários e de suas organizações, em consonância às normativas aprovadas*
1579 *após esta data, a Comissão de Política priorizou em seu Plano de Ação o debate sobre duas*
1580 *questões. 1.1 Resolução CNAS n.º 23/2006: A Comissão de Política iniciou o debate, fazendo uma*
1581 *leitura da Resolução, apontando as questões que são necessárias atualizações em consonância às*

1582 normativas aprovadas posteriormente. Encaminhamento: A Comissão de Política, ratificada pela
1583 Comissão de acompanhamento aos Conselhos, recomendam à Plenária a criação de uma
1584 subcomissão para elaborar um documento orientador que subsidiará o debate e atualização das
1585 duas resoluções, em consonância aos marcos normativos do Sistema Único de Assistência Social.
1586 Composição da Subcomissão Trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social: José Crus,
1587 CPAS, Margareth Dallaruvera, CPAS, Clátia Vieira, CAC. Esse documento tratará, dentre outros: da
1588 concepção e o mérito sobre a representação e participação do governo e Sociedade Civil, dos
1589 trabalhadores nos Conselhos e nas Conferências de Assistência Social; quem são os trabalhadores
1590 governamentais e da Sociedade Civil; considerar os portes dos municípios, entre outros aspectos;
1591 apresentar os portes dos municípios, entre outros aspectos; apresentar o resultado do trabalho
1592 dessa Subcomissão em reunião conjunta da Comissão de Política e de Acompanhamento aos
1593 Conselhos em dezembro. 2. Usuários do Sistema Único da Assistência Social. A Comissão de Política
1594 fez a leitura e debate dos seguintes materiais relacionados à representação e representatividade
1595 dos usuários nos Conselhos e Conferências de Assistência Social; Resolução n.º 24, de 16 de
1596 fevereiro de 2006, que regulamenta entendimento acerca de representantes de usuários e de
1597 organizações de usuários da Assistência Social; e material “o usuário na Política de Assistência
1598 Social” (subsídios ao debate do CNAS para fortalecimento dos usuários nos espaços de controle
1599 social, elaborado pelo ex-Conselheiro Wagner Carneiro de Santana e a conselheira Léa Lúcia Cecílio
1600 Braga da Comissão de Normas. Encaminhamento: A Comissão de Política, ratificada pela Comissão
1601 de Acompanhamento aos Conselhos, recomendam à Plenária a criação de uma subcomissão para
1602 elaborar um documento orientador para subsidiar o debate e a atualização da Resolução CNAS n.º
1603 24 em consonância aos marcos normativos do SUAS. Composição da subcomissão Usuários do
1604 SUAS: Juliana Agatte, CPAS; Anderson Miranda, CPAS; Aldenora Gonzalez, CAC. Esse documento
1605 tratará entre outros: da concepção e o mérito sobre a representação e participação do Governo e
1606 Sociedade Civil, dos usuários nos conselhos e nas conferências de Assistência Social; a participação
1607 do usuário nos espaços de controle social no âmbito da Assistência Social; apresentar o resultado
1608 do trabalho dessa Subcomissão na reunião da CPAS em dezembro; no período da tarde foi
1609 apresentado à Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, os encaminhamentos, havendo
1610 convergência entre as duas comissões. Encaminhamento Geral: indicar à Presidência Ampliada
1611 para inserir na pauta na Reunião Ampliada e Descentralizada a temática da participação dos
1612 usuários e trabalhadores do SUAS. 3. Definição da pauta da Comissão de Política para a reunião de
1613 outubro: 1. Pacto de aprimoramento da Gestão Municipal do SUAS. Convidados: MDS, FONSEAS e
1614 CONGEMAS. 2. Apresentação da experiência do Ministério do Planejamento: agenda de
1615 desenvolvimento territorial do Tapajós. Convidada: Secretária Nacional da Secretária de
1616 Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Esther Bemerguy. 3.
1617 Atualização dos Programas ACESUAS – Trabalhos e Capacita/SUAS. Anderson Lopes Miranda.
1618 Coordenador da Comissão de Política”. O Conselheiro Leovane questionou o item sobre quem
1619 eram os trabalhadores governamentais e da Sociedade Civil, com o Conselheiro Anderson
1620 esclarecendo que queriam que fosse colocado “os trabalhadores da Assistência Social”. O
1621 Presidente, em não havendo mais nenhum destacou, submeteu o Relato da Comissão de Política à
1622 apreciação, com o mesmo sendo aprovado pelo Pleno. Item Relato da Comissão de
1623 **Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda**, pela Conselheira Léa Lúcia: “Comissão
1624 de Acompanhamento e Benefício de Renda. A reunião de número 5 de 2014, realizada no dia 08/09

1625 de 14 às 18h, na sala 108 do Conselho Nacional de Assistência Social. Estiveram presentes: Léa
1626 Lúcio Cecílio Braga – Coordenadora, na condição de Coordenadora Adjunta, coordenou a reunião;
1627 Alceu Kuhn; Leovane Gregório, Margareth Dallaruvera, integrantes da Comissão. Os convidados
1628 para a pauta: Maria Valdênia Sousa, Coordenadora de Regulação e Ações Intersetoriais do
1629 Departamento de Benefícios Assistenciais da SNAS, e Raimundo de Sousa, Chefe de Divisão de
1630 Gerenciamento de Benefícios Assistências do INSS; Raquel de Fátima Antunes Martins,
1631 Coordenadora Geral de Regulação e Ações Intersetoriais do Departamento de Benefícios
1632 Assistenciais/SNAS. Participante: Daniel Martins Silva, CMAS/SP e a Secretária Executiva do CNAS:
1633 Maria Auxiliadora Pereira, Carolina Ribeiro e Maria Antônia P. Valente. Primeiro ponto – critérios
1634 sobre concessão, manutenção e operacionalização do benefício de prestação continuada. A
1635 Comissão na reunião do mês de agosto identificou a necessidade de apropriar-se melhor sobre os
1636 critérios de concessão e manutenção do BPC e a possibilidade de considerar as pessoas com
1637 deficiência na condição de microempreendedores individuais. Também manter o BPC, a exemplo
1638 da pessoa com deficiência na condição de aprendiz, por um determinado período até a
1639 estabilização de seu empreendimento. Considerando as reuniões desta Comissão acontecem a
1640 cada três meses e dada a importância de situar o debate em torno desse assunto, essa comissão
1641 reuniu-se no mês de setembro e convidou os representantes da Secretaria Nacional de Assistência
1642 Social do MDS e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/MPS para este debate. A Sra. Raquel
1643 Martins iniciou a apresentação do documento sobre o Benefício de Prestação Continuada, este
1644 documento que vocês recebem em anexo, faz também a apresentação esclarecendo o BPC está
1645 regulamentado na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, caracterizando conceitos centrais que
1646 norteiam este esse benefício. O conceito de família, o conceito de pessoa com deficiência,
1647 capacitação de manutenção individual e outros aspectos a serem observados no processo de
1648 concessão e manutenção do benefício como a sua reavaliação e suspensão, cessão e a relação com
1649 o mundo do trabalho. O senhor Raimundo Nonato apresentou sobre o processo de modernização
1650 das regras de aprimoramento do sistema de INSS por recomendação, claro, do Tribunal de Contas
1651 da União, visando facilitar a operacionalização do BPC desde a sua concessão, monitoramento,
1652 acompanhamento dos beneficiários e as respectivas famílias, bem como a promoção da
1653 transparência, e a facilidade de acesso aos dados e acessos dos beneficiários. Foi destacada a
1654 questão da judicialização do BPC que vem aumentando gradativamente em função de diversos
1655 fatores. A partir da Constituição Federal de 88, que viabilizou maior aceso do cidadão a
1656 reivindicação de seus direitos sociais, até a discricionariedade dos juízes nas análises e decisões
1657 sobre o tema e outras situações. Como principais temas dos debates, destaca-se, BPC e
1658 Microempreendedor. A Sra. Maria Valdênia esclareceu que a legislação do microempreendedor
1659 individual é distinta do PBC e concomitante entre o BPC e outra legislação com o mercado de
1660 trabalho não cabe, uma vez que neste momento estamos limitado ao que está previsto na LOAS.
1661 Quanto a questão do microempreendedor, citou que existe grupo de trabalho que está estudando
1662 e aperfeiçoando a propostas sobre a empregabilidade da pessoa com deficiência, mais ainda não
1663 há uma posição conclusiva em relação ao assunto. Outro ponto destacado é a necessidade
1664 permanente de capacitar os trabalhadores do SUAS e INSS para que haja maior esclarecimento aos
1665 beneficiários e aos cidadãos em geral sobre o benefício social e sobre critérios de elegibilidade. Em
1666 relação ao controle social, os Conselhos de Assistência Social tem um importante papel no
1667 acompanhamento das metas dos pactos de gestão estadual e municipal do SUAS. Foram

1668 elucidadas as competências do MDS e do INSS, em relação ao BPC que já estava previsto no
1669 Decreto 6214/2007 no capítulo 3, artigos 38 e 39. Vale ressaltar que desde 2009 a perícia médica
1670 para análise da concessão do BPC é realizada pelo modelo psicossocial, ou seja, a avaliação é
1671 conjunta com um assistente social e um médico perito. No debate ressaltou que a partir de 2010,
1672 houve avanços significativos para operacionalização do BPC na perspectiva da garantia do direito
1673 a renda e do trabalho, com vista a cidadania, com vistas a programas de promoção e inclusão dos
1674 beneficiários do BPC como BPC escola, o BPC trabalho e o ACESUAS Trabalho. Encaminhamentos
1675 adotados pela Comissão: uma avaliação da necessidade de dar ampla divulgação junto aos
1676 usuários e aos Conselhos de Assistência Social dos materiais apresentados pela SNAS nesta reunião
1677 que vocês tem aí em anexo, e, também é uma ampla divulgação do caderno de orientações sobre
1678 os benefícios socioassistenciais e transferência de renda que a Comissão de Acompanhamento de
1679 Benefícios e Transferência de Renda elaborou no ano de 2013 e já é de conhecimento dos
1680 senhores. A comissão discutiu também a importância de definir estratégias para divulgação e
1681 melhor informações sobre o Benefício de Prestação Continuada junto aos Conselhos de Assistência
1682 Social. Importante, também, foi informado que em 2016 se comemora os 20 anos do BPC, então a
1683 comissão está apontando como encaminhamento, já se pensar em procedimentos e ações para
1684 dar ampla visibilidade na mídia quando marcar então os 20 anos do BPC. Também é apontada a
1685 produção de material específico do BPC para as Conferências de Assistência Social que já está
1686 prevista no nosso calendário para o ano de 2015. Então esse é um conjunto de ações pensadas
1687 para dar visibilidade e divulgação as informações já construídas em relação ao Benefício de
1688 Prestação Continuada. Outra ação apontada pela Comissão também, a necessidade que o CNAS,
1689 por meio da Comissão faça o monitoramento periódico dos projetos de lei sobre essa pauta, sobre
1690 o BPC que tramitam na Câmara e no Senado Federal. São vários projetos e em uma velocidade
1691 muito grande, então cabe a Comissão fazer esse monitoramento para subsidiar o CNAS para
1692 tomada de decisão sobre a matéria. O segundo ponto da reunião foi a definição da pauta da
1693 próxima reunião da Comissão. Nesse sentido a Comissão ratificou os pontos de pauta que já
1694 tinham sido definidos na reunião anterior que abaixo a gente relaciona. Primeiro informes a
1695 respeito das discussões ocorridas nos encontros regionais que serão realizados pelo CNAS com os
1696 CEAS, especialmente no tocante aos assuntos de interesse dessa comissão; a Resolução n.º 15 e a
1697 avaliação do pacto de aprimoramento da gestão estadual e municipal com ênfase nas metas
1698 relacionadas a benefício e renda. Outro ponto: definição de estratégia de atuação dessa comissão
1699 no apoio a regulamentação dos benefícios eventuais com base na resposta da CIT ao CNAS.
1700 Terceiro ponto: convidar a SNAS para apresentar o status de implementação do protocolo de
1701 gestão integrada serviços, benefícios e renda no âmbito do SUAS. A Resolução CIT 07 de 2009, bem
1702 como situar o debate em torno da sua revisão, após a NOB de 2012. E por último, definir estratégia
1703 de ação, a partir da análise dos conteúdos, das propostas e emendas, aos projetos de lei sobre o
1704 BPC, o Programa Bolsa Família e Benefícios Eventuais”. O Conselheiro Anderson informou que a
1705 representante do COMAS/SP, Sra. Kátia Gorete, havia solicitado o registro de sua presença, haja
1706 vista que não havia assinado a lista de presença. O Presidente informou que havia um GT para
1707 discutir a questão do microempreendedor no âmbito da Comissão, aguardando-se o resultado
1708 desse trabalho, com a Conselheira Léa Lúcia complementando que essas informações poderiam
1709 constar em outro ponto de pauta dessa Comissão. A Conselheira Simone destacou a relevância da
1710 comemoração dos 20 anos do BPC, sugerindo à Comissão que também procurasse o Congresso,

1711 informando que a única emenda popular incluída na Constituição havia sido a do Benefício de
1712 Prestação Continuada, falando sobre essa importância. Observou que quando da fala da
1713 Professora Eleonora no dia anterior, sobre a participação dos usuários no CNAS por indicação de
1714 entidades de trabalhadores, gostaria de ter lembrando que a Sociedade Civil havia lutado
1715 bastante, com participação do movimento das pessoas com deficiência e de crianças e
1716 adolescente. O Presidente concordou com a importância desse movimento, propondo que a
1717 Comissão sugerisse como fazer essa comemoração, trazendo na próxima reunião esse plano. A
1718 Conselheira Simone informou que a SNAS faria uma oficina em outubro sobre a agenda integrada
1719 dentro dos serviços e benefícios, com apresentação de um estudo, convidando a Comissão para
1720 participar desse evento. O Presidente, em não havendo nenhuma manifestação considerou
1721 aprovado pelo Pleno o Relato da Comissão de Acompanhamento Benefício e Transferência de
1722 Renda. Informou que a reunião com os Conselheiros que participariam do encontro no Rio de
1723 Janeiro, seria realizada após a apresentação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos.
1724 **ENCERRAMENTO**. O Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para
1725 retornarem às 14h. **ABERTURA**. Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-
1726 Executiva substituta a conferência do quorum: Conselheiros titulares: Luziele Tapajós, Simone
1727 Albuquerque, Solange Teixeira, Léa Braga, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia Faquinote, Anderson
1728 Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Vieira, Edivaldo Ramos, Patrícia Vieira, José Crus, Margarida
1729 Munguba Cardoso, Conselheiro Ubirajara Bento Marques. Conselheiros suplentes: Carolina Gabas
1730 Stuchi, Elizabeth Hernandez, Naelson Ferreira, Dulcinéia Reginato Francisco, Aldenora Gomes
1731 Gonzalez, Eufrásia Agizzio, Margareth Alves Dallaruvera, Leovane Gregório. O Presidente registrou
1732 que o Conselheiro Samuel estava concedendo uma entrevista e os Conselheiros José Cruz, Carolina
1733 Stuchi, Anderson Miranda, Fábio Bruni estavam reunidos resolvendo uma tarefa emergencial.
1734 Esclareceu que o Tribunal de Contas da União havia feito uma avaliação de diversos pontos do
1735 MDS e da Assistência Social como um todo, emitindo um relatório com algumas opiniões que não
1736 relatavam a veracidade dos fatos a respeito da Assistência Social, com o Ministério tendo emitido
1737 uma nota e como o CNAS também era afetado por esse relatório do TCU, esses Conselheiros
1738 estavam reunidos para elaborar um posicionamento do CNAS para ser discutido e aprovado nesse
1739 Pleno. **Item Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social**, pela
1740 Conselheira Solange: *“Memória da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência
1741 Social: Reunião Extraordinária 006 de 2014, de 09/09/2014, horário: das 9h às 12h30, local:
1742 Esplanada dos Ministérios, anexo do bloco F, ala A, sala 119. Conselheiros presentes: Solange
1743 Teixeira Coordenadora, Aldenora Gonzalez, Clátia Regina Vieira, Naelson da Silva Ferreira,
1744 Raimunda Cadó, convidados a quem eu presto os nossos agradecimentos: Jaime Rabelo Adriano,
1745 André dos Santos, Sandra Regina Andrade, todos do DG/SUAS, Secretária-Executiva da SNAS Celda
1746 Chaves, Lilian Guedes, Josué Santos a quem eu agradeço imensamente a colaboração para que nós
1747 conseguíssemos dar, cumprir a nossa tarefa. Pauta I: "Conhecer e analisar as informações enviadas
1748 pela Coordenação de Vigilância Social no que se refere aos municípios em situação de fragilidade,
1749 conforme o Censo SUAS, encaminhamentos para a aprovação do pleno: em razão da abrangência
1750 da demanda a Coordenação de Vigilância Social solicitou especificações mais detalhadas sobre a
1751 demanda, foi realizada uma reunião com a representante da Coordenação de Vigilância Social no
1752 último dia 08/09, para verificar a possibilidade de apresentar dados consolidados dos resultados
1753 do Censo SUAS por estado, considerando a próxima reunião regional Sul e Sudeste, ficando*

1754 *pactuado que os dados serão disponibilizados para essa Comissão até segunda-feira dia 15/09/14.*
1755 *Acrescento que esses dados já foram disponibilizados para a Comissão, foi recomendada por*
1756 *aquela Coordenação que o CNAS disponibilize pessoa qualificada que possa trabalhar com a base*
1757 *do Censo SUAS, e essa Comissão consulta a esse Conselho sobre tal possibilidade.” Eu vou fazer só*
1758 *um parêntese rápido, volta e meia nós estamos precisando de trabalhar informações extraídas do*
1759 *Censo SUAS, principalmente a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, o trabalho dela está*
1760 *totalmente amparado nesses dados. Então se nós tivéssemos uma pessoa, uma vez que aquela*
1761 *Coordenação-Geral é assoberbada de serviços com muito pouco técnicos que são da gestão, se nós*
1762 *tivéssemos um técnico aqui com uma habilitação específica para trabalhar nessas bases seria não*
1763 *só bom para a Comissão, mas como para todo o Conselho. Relato sobre a Reunião Regional do*
1764 *Norte e Nordeste em Belém, o nosso relato e ele deveria ser complementado com a reunião que*
1765 *deveria acontecer ontem, mas a reunião foi cancelada e aqui senhor Presidente, eu apresento*
1766 *assim o meu protesto, porque nós tínhamos toda uma expectativa de reunimos ontem,*
1767 *combinamos a reunião de avaliação desde o Pará, e na reunião da Presidência Ampliada foi*
1768 *confirmada a reunião e ela foi desmarcada de uma forma sem consultar todos os membros da*
1769 *Comissão de Acompanhamento que estavam com a expectativa de montarmos a nossa*
1770 *programação acima da reunião. Sendo assim, esse item está um pouco prejudicado, porque nós*
1771 *não temos como apresentar aqui nesse momento a programação fechada, mas de qualquer*
1772 *maneira a gente fez um encaminhamento dentro da Comissão, sobre tudo o que ocorreu, foi essa*
1773 *Comissão conforme encaminhamento na região regional do Norte que realizaria reunião no dia 10,*
1774 *que não houve, para propor inclusive ajuste na programação da reunião regional do Sul e Sudeste*
1775 *no Rio de Janeiro, essa Comissão registra também a ausência da participação da sociedade civil,*
1776 *principalmente, de usuários naquele encontro na reunião regional do Norte, o Tocantins não*
1777 *compareceu à reunião e não se manifestou, que é motivo de preocupação para essa Comissão,*
1778 *uma vez que a gente não teve nenhum retorno, Rondônia não compareceu, porém justificou a*
1779 *ausência em virtude de problemas de recursos para deslocamentos, para arcar com as despesas. A*
1780 *Comissão também faz um destaque positivo sobre o percentual do IGD destinado ao CEAS naquele*
1781 *encontro, principalmente Roraima que detém 10% do IGD repassado ao estado, e o Acre que*
1782 *detém 12%. Então esse CEAS lá do Norte, Roraima e Acre foi surpresa para todo o grupo que*
1783 *estava naquele encontro. Foi abordado também sobre a dificuldade que a região Norte tem de*
1784 *deslocamento para participar de evento regionalizado em razão da situação geográfica, a exemplo*
1785 *do Amapá e Roraima que tiveram que viajar mais de 14 horas, fizeram seis escalas, tiveram que vir*
1786 *pingando, vieram à Brasília, foram à Belo Horizonte, foram não sei o que, foram, enfim, é uma*
1787 *coisa assim desproposital. “Encaminhamentos para a aprovação do pleno: uma mobilização ao*
1788 *CEAS para que preencham corretamente o Censo SUAS, de forma que represente a realidade*
1789 *fidedigna de cada Conselho, analisar juntamente com o CEAS possibilidade de aproximação com os*
1790 *Conselhos Municipais de Assistência Social, haja vista que foi em identificado distanciamento do*
1791 *SEAS desses Conselhos. Propor que as próximas reuniões regionais sejam trabalhadas por temas,*
1792 *tais como: participação social, mobilização da sociedade civil, articulação com os trabalhadores e*
1793 *principalmente usuários, dentre outros, propor que as atividades quando realizadas na região*
1794 *Norte sejam divididas por proximidades de estado. Três: apresentação do Indicador de*
1795 *Desenvolvimento de Conselhos, ID Conselhos, encaminhamentos para o pleno, realizar uma*
1796 *reunião trimestral em dezembro com o CEAS em formato de oficina para a apresentação do ID*

1797 *Conselhos, com todos os estados para que eles possam assim, ver todos os seus dados e os*
1798 *desempenhos dos respectivos Conselhos. A partir da identificação do CEAS e do CNAS que se*
1799 *encontra no nível dois e um do ID, nesse ponto aqui eu faço uma parada e comunico a esse pleno*
1800 *que tão logo eu acabe o meu relato, o Coordenador-Geral do DG/SUAS, o Jaime vai fazer a fazer*
1801 *uma apresentação do ID, até para vocês entenderem o que eu estou falando de nível um em dois,*
1802 *porque senão fica uma coisa... Então é da maior importância e faz parte da memória da reunião de*
1803 *acompanhamento dessa Comissão que essa apresentação breve do DG/SUAS sobre o ID. E então a*
1804 *partir da identificação do CEAS o CNAS se encontra no nível dois e um do ID, ID Conselho que é a*
1805 *nossa ferramenta de trabalho dessa Comissão, a Comissão analisará cada situação e recomendará*
1806 *os encaminhamentos devidos como objetivo de elevação dos Conselhos pelo menos ao nível, no*
1807 *mínimo ao nível três. 4ª: reunião conjunta com a Comissão de Políticas sobre os temas:*
1808 *representação da sociedade civil, orientação do CRAS para desenvolvimento de ações para a*
1809 *mobilização dos segmentos, para participação no controle social do SUAS, esse relato ficou a cargo*
1810 *da Comissão de Política e de Assistência Social, e por fim 5ª: a pauta para outubro e que a*
1811 *proposta é conhecer o resultado dos trabalhos da reunião regional Sul é Sudeste, que será*
1812 *realizada no Rio de Janeiro nos próximos dias 17 e 18, propõe reunião conjunta com a Comissão de*
1813 *Política com a participação da SNAS para discutir a metodologia que permitam aos Conselhos*
1814 *Municipais de Assistência Social operacionalizar a competência de acompanhamento e avaliação*
1815 *da gestão de recursos, bem como dos ganhos sociais e de desempenho dos programas, projetos e*
1816 *serviços da rede socioassistencial em seu âmbito de atuação, e por fim, conhecer e avaliar a*
1817 *Minuta da Resolução número 15/2014 comentada, Solange Teixeira, Coordenadora da Comissão*
1818 *de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.” O Presidente registrou que a alteração*
1819 *da reunião do dia anterior havia sido consultada no Pleno, sem manifestação contrária. A seguir,*
1820 *passou a palavra para o Sr. Jaime para apresentação do ID, que serviria de subsídio para a*
1821 *apresentação para os Conselhos Estaduais. O Sr. Jaime passou a apresentar uma proposta de*
1822 *Índice de Desenvolvimento dos Conselhos, apresentando sua equipe, Sra. Sandra, Consultora do*
1823 *MDS contratada pela minha Coordenação, ela que é responsável pelo desenvolvimento do*
1824 *indicador, e Sr. André Yokowo Santos, Coordenador Substituto, envolvidos nesse trabalho.*
1825 *Lembrou ser uma proposta, com o MDS vinha realizando desde a implantação do SUAS,*
1826 *discorrendo sobre a importância dos sistemas para ter as informações necessárias. Passou a*
1827 *discorrer sobre os procedimentos que vinham tomando, relatando que a construção desses*
1828 *indicadores tinha como base o Censo SUAS, reiterando que essa proposta ainda não estava*
1829 *concluída. O Sr. Jaime prosseguiu, relatando todos os estágios a serem seguidos, os sistemas*
1830 *existentes, as dimensões trabalhadas, os segmentos participantes nos Conselhos, apresentando as*
1831 *informações conforme o material em tela. A Conselheira Simone parabenizou e agradeceu a*
1832 *apresentação da equipe, ponderando que estavam começando o debate sobre o desenho e a*
1833 *realidade dos CEAS, com os Conselhos Estaduais tendo muito a ver com a Política Estadual de*
1834 *Assistência Social, destacando a importância do encontro do dia seguinte, esclarecendo sua*
1835 *colocação. Observou que muitos Conselhos não cumpriam a legislação, não podendo cobrar que*
1836 *isso fosse feito pela esfera estadual, o que deveria ser debatido, assim como a correção das*
1837 *informações contidas no Censo, considerando a sua importância para os CAS. Ponderou que o*
1838 *CNAS vinha investindo no controle social compartilhado com os CEAS e com os CMAS, com o ID*
1839 *colaborando na criação de melhores condições para esse compartilhamento, discorrendo sobre*

1840 sua importância. A Conselheira Simone reafirmou o caráter federativo das políticas, discorrendo
1841 sobre essa questão, não podendo permitir ingerências na Assistência Social, o que seria discutido.
1842 O Presidente agradeceu a apresentação do Sr. Jaime, com o Conselheiro Leovane destacando que
1843 deveriam conhecer bem os dados apresentados. O Presidente indicou o primeiro item da Memória
1844 da Comissão de Conselhos, o primeiro item era: "*Conhecer e analisar as informações enviadas pela*
1845 *Coordenação de Vigilância Socioassistencial em relação às questões das fragilidades vinculadas ao*
1846 *Censo, o Censo/SUAS.*" A Conselheira Simone observou ser importante que todos os Conselhos
1847 soubessem que havia uma Coordenação que também tinha a função de acompanhar as instâncias
1848 do controle social, reafirmando o compromisso do DGSUAS com esse Conselho, solicitando que
1849 fosse retirado da pauta o ponto 1.3, com a recomendação da Coordenação que o CNAS
1850 disponibilizasse pessoa qualificada para trabalhar na base do Censo/SUAS. Que, juntamente com
1851 sua equipe tinha absoluta certeza que todos que trabalhavam nessa Secretaria-Executiva eram
1852 extremamente qualificados, mas com esse papel mais técnico de leitura dos dados do Censo
1853 sendo função do Departamento. Que se comprometia a conversar com a Coordenadora da
1854 Comissão de Acompanhamento de Conselhos, qual a melhor maneira do seu Departamento poder
1855 colaborar com a Coordenação de Acompanhamento de Conselhos. A Conselheira Solange
1856 destacou a qualificação da equipe do DGSUAS, da Coordenação da Vigilância, esclarecendo o que
1857 haviam pretendido nesse item, com a indicação de uma pessoa que soubesse trabalhar com os
1858 dados disponíveis. A Conselheira Simone reiterou sua proposta, com a Conselheira Solange
1859 acatando na íntegra a posição da Conselheira Simone e contando com essa ajuda. O Conselheiro
1860 Leovane sugeriu que trabalhassem dessa forma e posteriormente fosse avaliado para saber se os
1861 resultados eram satisfatórios. O Presidente indicou o item 2 sobre a Reunião Regional de Belém do
1862 Pará, esclarecendo a ausência de Rondônia, por dificuldades interna. Em não havendo mais
1863 nenhuma observação, o Presidente considerou o Relato da Comissão de Acompanhamento aos
1864 Conselhos aprovado pelo Pleno. O Presidente referiu-se à situação ocorrida com o relatório do
1865 TCU, inclusive com um vídeo no Youtube, estranhando essa situação, haja vista que o TCU, apesar
1866 de certas discordâncias, era considerado parceiro e entendia a importância do CNAS, citando a
1867 cartilha que o Tribunal havia elaborado sobre o papel dos Conselhos. Relatou que havia tomado
1868 conhecimento da situação, enviada para o e-mail da Conselheira Luziele, por intermédio dos
1869 Conselheiros José Crus, Anderson, Carolina e Fábio, que haviam formulado uma proposta para ser
1870 analisada nesse Pleno, não podendo o Conselho silenciar diante da situação ocorrida. Esclareceu
1871 que devido à urgência da situação, a paridade não havia sido observada, solicitando aos
1872 Conselheiros que apresentassem os fatos, a nota do MDS e a produção feita pelo grupo. O
1873 Conselheiro Anderson esclareceu que não havia necessidade de paridade, por ser uma nota
1874 técnica, destacando que todos haviam participado na sua construção, considerando o tema
1875 tratado. O Presidente registrou que as ações haviam sido tomadas em conjunto com a Conselheira
1876 Luziele, que acompanhou a orientação do grupo para fazer esse trabalho, e também da decisão de
1877 chamar pelo menos um membro da Sociedade Civil para participar. O Conselheiro Leovane
1878 indagou o objetivo do documento do TCU, se era um relatório normal ou era especial, para que
1879 pudessem se pronunciar sobre a questão do Bolsa Família. O Presidente esclareceu ser rotina do
1880 TCU analisar algumas questões e demandar do MDS alguns documentos, dos quais havia extraído
1881 esse relatório sem um debate prévio. A Conselheira Simone falou sobre o que o relatório trazia,
1882 levantando várias questões, da linha de pobreza adotada pelo Programa Bolsa Família, a falta de

1883 indicador de porta de saída do programa, cobrando do MDS esse indicador, os recursos da
1884 Assistência Social, qualificando seus investimentos como desperdício, e questionando se o
1885 governo brasileiro tinha sustentabilidade fiscal. Que havia sido três questionamentos com relação
1886 ao Programa Bolsa Família, com relação às ofertas CRAS e CREAS, questionaram o ID/CRAS,
1887 Indicador de Desenvolvimento CRAS, e outros questionamentos sobre os métodos usados. A
1888 Conselheira Carolina informou que esse era o relatório preliminar que o Ministério havia recebido,
1889 com o que havia sido votado no dia anterior era o final e a cujo teor integral não tinham tido
1890 acesso. A Conselheira Simone indicou o relatório preliminar, com questionamentos sobre
1891 certificados de entidades beneficentes de Assistência Social, CEBAS e do monitoramento do BPC,
1892 respondido ao TCU, com reuniões apresentando o SUAS e solicitando cuidado pois não podiam
1893 avaliar o CRAS com esse método, sendo construída uma política onde as ofertas tinham que ser
1894 feitas de acordo com a necessidade das famílias, assim quanto aos indicadores, pois cada território
1895 tinha uma especificidade. Que haviam feito uma nota técnica sobre o método, sendo que além de
1896 questionar o resultado do método haviam pedido ao Tribunal que tomasse muito cuidado com o
1897 método, propondo que o mesmo fosse mais estudado em conjunto. Que depois de muita
1898 discussão e debate, haviam recebido o relatório da CGU com os mesmos questionamentos, sendo
1899 que o MDS havia apresentado seu relatório e estando surpreso com o recebimento do julgamento
1900 recebido. A Conselheira Carolina observou ser a primeira vez que tinham conhecimento, que o
1901 TCU trabalhava com essa lógica de relatório sistêmico, já foi feito também na área da saúde e
1902 acaba sendo uma avaliação de toda a Política de Assistência Social, esclarecendo como haviam
1903 abordado algumas questões conforme outros Acórdãos, citando o prazo e as conclusões que já
1904 haviam tomado sem nenhum respaldo na realidade, citando alguns exemplos que haviam sido
1905 resolvidos, mas que não havia tido tempo para informar ao Tribunal. O Conselheiro Fábio falou
1906 sobre as peculiaridades da política de Assistência Social, e como o TCU havia analisado
1907 estreitamente sob o aspecto da eficiência, esclarecendo sua colocação. A seguir, procedeu á
1908 leitura da nota de esclarecimento do MDS, divulgada no dia anterior á noite: *"O relatório do
1909 Tribunal de Contas da União TCU, aprovado hoje 10/09 parte de premissas erradas para chegar a
1910 conclusões equivocadas sobre o Programa Bolsa Família e outras políticas desenvolvidas pelo
1911 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS, o texto revela a ignorância dos
1912 técnicos sobre os critérios internacionais de mensuração de pobreza, desconhecimento da
1913 Legislação e até mesmo e os de cronologia que induziram os Ministros ao equívoco. O documento
1914 produzido pelo TCU desconsiderou as respostas e esclarecimentos técnicos prestados pela MDS, o
1915 texto conclui que os dados de extrema pobreza podem estar distorcidas em virtude da não
1916 atualização da linha de extrema pobreza desde 2009, a linha somente foi instituída por Decreto
1917 Presidencial número 7.492 em 02 de junho de 2011, não há, portanto, como se falar em correção
1918 desde 2009. O valor de R\$70,00 e que valia em junho de 2011 a 1.25 dólares por dia e foi
1919 atualizado para R\$77,00 por intermédio do Decreto 8.232 em 2014, o que é compatível com o
1920 parâmetro internacional para classificar a extrema pobreza, paridade do poder de compra. Com
1921 base nesse parâmetros instituições nacionais e internacionais acompanham a trajetória da
1922 redução da extrema pobreza nos diversos países, confirmando os resultados divulgados pelo
1923 governo brasileiro esses dados podem ser verificados, por exemplo, no sítio eletrônico do Banco
1924 Mundial no endereço, cita o endereço. Outro estudo recente do Banco Mundial mostra a queda da
1925 pobreza crônica multidimensional no Brasil, passando de 6,7% para 1,6% entre 2004 e 2012. Isso*

1926 *significa que os esforços de redução da pobreza não se limitaram a dimensão de renda, é estranha*
1927 *o posicionamento político é expresso no relatório do TCU as vésperas das eleições presidenciais,*
1928 *questionando o aumento do gasto em Assistência Social em 1.220%, o gasto com Assistência Social*
1929 *expressa a opção política sustentável desse governo em investir na população pobre por meio de*
1930 *aumento do Programa Bolsa Família e dos investimentos em serviços e benefícios de Assistência*
1931 *Social. Também causa estupefação que constasse do relatório preliminar do TCU a referência dois*
1932 *projetos de Lei ainda em tramitação no Congresso Nacional de origem do Senador Aécio Neves,*
1933 *entre centenas de projetos que trata de matéria social esses inócuos foram pensados e abordados*
1934 *no relatório. O relatório do TCU também adota posições simplistas e preconceituosas com o*
1935 *público do Bolsa Família, desconhecer o direito à Assistência Social e a Rede de Proteção Social*
1936 *consolidada nos últimos anos, desconhece também que dados estatísticos mostram que a maioria*
1937 *dos adultos do Bolsa Família trabalham, desconhecem por fim o conjunto de esforços*
1938 *empreendidos pelo Brasil Sem Miséria fartamente documentados para melhorar a inclusão*
1939 *econômica dessa população. Mais de 1,35 milhões de pessoas de baixa renda passaram por*
1940 *qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego*
1941 *PRONATEC, mais de 400.000 beneficiários do Bolsa Família se formalizaram como o micro*
1942 *empreendedores, e mais de três milhões de operações de crédito foram realizadas por*
1943 *empreendedores do Bolsa Família dentre outras iniciativas. As sugestões de aperfeiçoamento nos*
1944 *indicadores de técnicas de monitoramento e avaliação são sempre bem-vindas no processo de*
1945 *melhoria contínua das Políticas Públicas do MDS." A seguir, o Conselheiro Fábio deu a conhecer a*
1946 *nota que haviam redigido durante o horário de almoço: "Considerando o julgamento do relatório*
1947 *sistêmico da Assistência Social pelo Tribunal de Contas da União no dia 10 de setembro de 2014, o*
1948 *Conselho Nacional de Assistência Social CNAS instituído pela LOAS de caráter paritário entre*
1949 *governo e sociedade civil, vem manifestar a sua estranheza em relação ao posicionamento sobre a*
1950 *alegada falta de indicadores e baixa efetividade das ofertas do Sistema Único de Assistência Social*
1951 *SUAS, especialmente pela histórica relação de parceria, capacitação de Conselheiros, elaboração*
1952 *de cartilhas sobre o controle social etc., entre esse Conselho e aquele Tribunal, dessa forma o pleno*
1953 *do CNAS em Reunião Ordinária realizada em 11 de setembro de 2014 endossa a nota de*
1954 *esclarecimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS, anexa e reafirma*
1955 *a função desse colegiado o exercício do controle social destacando os seguintes pontos: o CNAS do*
1956 *uso das suas atribuições fiscaliza e aprova todos os recursos oriundos do Fundo Nacional de*
1957 *Assistência Social que são operados fundo a fundo, de forma regular e automática aos fundos*
1958 *estaduais, no Distrito Federal e municípios para a estruturação do serviços, programas, projetos e*
1959 *benefícios socioassistenciais e para o fortalecimento da gestão do SUAS, no Programa Bolsa*
1960 *Família e do Cadastro Único para programas sociais CAD Único, o modelo de gestão do SUAS está*
1961 *ancorado no pacto federativo com respeito ao princípio da autonomia dos entes, e na*
1962 *descentralização das ofertas de forma compartilhada e com corresponsabilidade conforme*
1963 *normativas que são pactuadas e deliberadas pelas instâncias do sistema. Os Conselhos de*
1964 *Assistência Social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios vêm aprimorando a sua função*
1965 *de acompanhar, fiscalizar e monitorar a estruturação e a efetivação dos serviços, programas,*
1966 *projetos e benefícios e transferência de renda no âmbito do SUAS. O SUAS está implantado em*
1967 *100% dos municípios brasileiros com oferta de serviços, benefícios e transferência de renda num*
1968 *processo de institucionalização da Política Pública de Assistência Social, com a presença estatal por*

1969 meio do Centro de Referência da Assistência Social CRAS, Centro de Referência Especializada da
1970 Assistência Social CREAS e Centros de Referência para as Populações em Situação de Rua Centro
1971 POP, além das entidades de assistência social cujos serviços integram à Rede de Proteção Social. A
1972 efetividade e a qualidade das ofertas do SUAS vem sendo acompanhado por estudos, pesquisas,
1973 sistema de informação, monitoramento e avaliação como o Censo SUAS instituído por Decreto, a
1974 MUNIC e ESTADIC realizada pelo IBGE dentre outros aplicativos do Sistema Nacional do SUAS, Rede
1975 SUAS em um processo de aperfeiçoamento constante dos indicadores. A segurança de renda,
1976 convívio para a acolhida e de autonomia são conquistas civilizatórias da sociedade brasileira,
1977 materializadas pela Política Pública de Assistência Social, desse sentido o Benefício de Prestação
1978 Continuada BPC e o Programa Bolsa Família PBF, são direitos que respaldam a dignidade humana
1979 e constituem porta de entrada para acesso é garantia a outros direitos sociais e de cidadania, são
1980 benefícios que garantem as famílias e seus membros um patamar de proteção social, Conselho
1981 Nacional de Assistência Social." O Presidente sugeriu colocar um título, propondo a inversão da
1982 redação no primeiro parágrafo, com a "histórica parceria entre Conselho e esse Tribunal" sendo
1983 colocada antes. A Conselheira Margarida sugeriu a redação: "O CNAS como instância de controle
1984 social da Política Nacional de Assistência Social, estranha não tem sido acionado ou ter acesso a
1985 esse relatório antes de seu julgamento final". Após algumas sugestões, no quinto item indicou "A
1986 efetividade e a qualidade das ofertas do SUAS vêm sendo acompanhadas" complementando "pela
1987 Coordenadoria e Conselho". O Conselheiro Leovane observou que o fechamento deveria convidar
1988 para uma parceria para discutir melhor esse procedimento, e conhecer melhor os procedimentos
1989 que o TCU estava adotando para fazer essa avaliação da Política Social, com o Presidente
1990 solicitando que fizesse um texto para esse fechamento. A Conselheira Cadó ponderou que havia
1991 que manifestar discordância da forma como a situação foi tratada, sem analisar ou discutir o texto
1992 do MDS, o que poderia ser colocado no início do texto, com o Presidente sugerindo que essa seria
1993 uma posição conclusiva, colocada no penúltimo parágrafo e depois a sugestão do Conselheiro
1994 Leovane como um segundo e fechamento do parágrafo. A Conselheira Carolina informou que
1995 ninguém havia tido acesso ao relatório final votado no dia anterior, nem o próprio MDS, falando-
1996 se de informações preliminares. Ponderou que antes de convidar, deveriam pedir acesso ao
1997 relatório para que o CNAS compreendesse os critérios utilizados para chegar a essa conclusão. A
1998 Conselheira Luziele ponderou que não conheciam o teor oficial, mas sim as principais questões
1999 colocadas, lembrando que esse manifesto estava sendo mandando para o TCU, mas sim para a
2000 sociedade brasileira. Que no fechamento teriam que defender a política, que não era gasto, mas
2001 sim investimento, com essa nota sendo amplamente divulgada pela sociedade brasileira, podendo
2002 mandar para o TCU esse manifesto através de ofício. A Conselheira Luziele indicou o título, com a
2003 sugestão Conselheira Carolina sugerindo "Manifesto do CNAS em apoio à nota de esclarecimento
2004 do MDS". A Conselheira Maria das Graças ressaltou que não cabia manifestar apoio à nota de
2005 esclarecimento do MDS, considerando que estavam repudiando a forma como haviam tomado
2006 conhecimento, ficando o texto, após algumas sugestões: "Nota de repúdio do CNAS sobre as
2007 informações veiculadas a respeito do relatório sistêmico da Assistência Social de autoria do TCU".
2008 Na sequência, o Conselheiro Fábio procedeu á leitura do texto: "Nota de repúdio do CNAS sobre as
2009 informações veiculadas a respeito do relatório sistêmico da Assistência Social de auditoria do TCU:
2010 considerando as notícias divulgadas sobre o julgamento do relatório sistêmico da Assistência
2011 Social, pelo Tribunal de Contas da União TCU no dia 10 de setembro de 2014, o Conselho Nacional

2012 de Assistência Social CNAS instituído pela LOAS de caráter paritário entre governo e sociedade civil
2013 vem manifestar a sua estranheza em relação ao posicionamento sobre a alegada falta de
2014 indicadores e falta efetividade das ofertas do Sistema Único de Assistência Social SUAS.
2015 Especialmente pela histórica relação de parceria entre esse Conselho e aquele Tribunal,
2016 capacitação de Conselheiro, elaboração de cartilha sobre o controle social etc., dessa forma o
2017 plano do CNAS em Reunião Ordinária realizada em 11 de setembro de 2014 endossa a nota de
2018 esclarecimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome anexa e reafirma a
2019 função desse colegiado no exercício do controle social, destacando os seguintes pontos: o CNAS
2020 como instância de controle só da Política Nacional de Assistência Social estranha não ter sido
2021 acionado e não ter acesso a esse relatório antes do seu julgamento final, o CNAS no uso de suas
2022 atribuições fiscaliza e aprova todos os recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social
2023 que são operados fundo a fundo, de forma regular e automática aos fundos estaduais, do Distrito
2024 Federal e municípios para a estruturação dos serviços, programas, projetos e benefícios
2025 socioassistenciais e para o fortalecimento da gestão do SUAS, do Programa Bolsa Família e do
2026 Cadastro Único para Programas Sociais CAD Único. O modelo de gestão do SUAS está ancorado no
2027 pacto federativo com respeito ao princípio da autonomia dos entes e na descentralização das
2028 ofertas de forma compartilhada e com corresponsabilidade, conforme normativas que são
2029 pactuadas e deliberadas pelas instâncias do sistema. Os Conselhos de Assistência Social dos
2030 estados, do Distrito Federal e dos municípios vêm aprimorando a sua função de acompanhar,
2031 fiscalizar e monitorar a estrutura e efetivação dos serviços, programas, projetos e benefícios e
2032 transferência de renda no âmbito do SUAS, o SUAS está implantando em 100% dos municípios
2033 brasileiros com oferta de serviços, benefícios e transferência de renda, num processo de
2034 institucionalização da Política Pública de Assistência Social, com a presença estatal por meio do
2035 Centro de Referência da Assistência Social CRAS, Centro de Referência Especializada da Assistência
2036 Social CREAS, e Centro de Referência para Populações em Sistema de Rua Centro POP, além das
2037 entidades de Assistência Social cujos serviços integram a Rede de Proteção Social, a efetividade e a
2038 qualidade das ofertas do SUAS vem sendo acompanhados no âmbito do Ministério do
2039 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela Coordenação-Geral de Vigilância
2040 Socioassistencial, por estudos, pesquisas, sistemas de informações, monitoramento e avaliação
2041 como o Censo SUAS instituído por Decreto, a MUNIC e a ESTADIC realizada pelo UBGE dentre
2042 outros aplicativos do Sistema Nacional do SUAS, Rede SUAS no processo de aperfeiçoamento
2043 constante do indicadores. As seguranças de renda, convívio, acolhida e de autonomia são
2044 conquistas civilizatórias da sociedade brasileiro materializadas pela Política Pública de Assistência
2045 Social, nesse sentido o Benefício de Proteção Continuada e o Programa Bolsa Família são direitos
2046 que respaldam a dignidade humana e constituem porta de entrada para acesso e garantia a outros
2047 direitos sociais e de cidadania, são benefícios que garantem às famílias e seus membros um
2048 patamar de proteção social. Por fim, gostaríamos que fossem apresentados a esse Conselho os
2049 novos parâmetros utilizados por esse Tribunal na avaliação das Políticas Sociais, principalmente, a
2050 Política de Assistência Social propondo uma reunião entre esse CNAS e o egrégio TCU, Conselho
2051 Nacional de Assistência Social.” A Conselheira Carolina registrou o destaque no último Parágrafo
2052 em relação ao que havia proposto. A Conselheira Simone ponderou que como era um
2053 posicionamento político, não dava para misturar com um convite para reunião, não cabendo essa
2054 proposta. A Conselheira Carolina sugeriu que quando fossem mandar a nota ao TCU poderiam

2055 solicitar essas informações, sugerindo inserir uma frase dizendo que todos reconheciam que o
2056 SUAS estava em permanente aperfeiçoamento, tendo efetividade por chegar a milhões de
2057 brasileiros. O Conselheiro Fábio indicou a rede SUAS, com o nome oficial sendo Sistema Nacional
2058 de Informações do SUAS, o que havia passado despercebido, ademais de outras questões de
2059 grafia que seriam revisadas. O Presidente ponderou que se o documento fosse apenas para o TCU
2060 o parágrafo estaria conforme, mas como era uma nota que mandariam para o Brasil todo, ficaria
2061 um parágrafo muito direcionado ao Tribunal, sendo mais favorável a um convite aberto para um
2062 diálogo. Indagou se havia alguma objeção que a nota fosse encaminhada por ofício e se haveria
2063 outros encaminhamentos. A Conselheira Margarida observou que o TCU era subordinado ao
2064 Congresso Nacional, podendo encaminhar para o seu Presidente. O Presidente indicou a Frente
2065 Parlamentar, Comissão de Seguridade Social, Fóruns e para os parceiros do CNAS e sua rede. A
2066 Conselheira Carolina indicou o último parágrafo, após algumas sugestões: *“O SUAS está em*
2067 *permanente aperfeiçoamento e garante cidadania a milhões de brasileiros, razão pela qual o CNAS*
2068 *está aberto ao diálogo com os diversos setores no âmbito das Políticas Públicas e em especial da*
2069 *Assistência Social.”* O Presidente indagou se o documento atendia aos interesses do Pleno, com o
2070 mesmo sendo aprovado com uma salva de palmas. O Presidente convidou os Conselheiros que
2071 participariam do Encontro Regional Sul e Sudeste, a Secretaria-Executiva e os residentes Rio de
2072 Janeiro que permanecessem no local para uma reunião. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a
2073 tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se
2074 todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos,
2075 passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de de de dois mil
2076 e catorze.